

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Curso de Graduação

Mariana Ribeiro Queiroz de Almeida

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E O NAZISMO NA ALEMANHA

Monografia

Brasília

2018

MARIANA RIBEIRO QUEIROZ DE ALMEIDA

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E O NAZISMO NA ALEMANHA

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Bacharela
em Ciência Política.

Orientador: Professor Paulo César Nascimento

Brasília

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Rf Ribeiro Queiroz de Almeida, Mariana
A formação da identidade nacional e o nazismo na Alemanha
/ Mariana Ribeiro Queiroz de Almeida; orientador Paulo
César Nascimento. -- Brasília, 2018.
57 p.

Monografia (Graduação - Ciência Política) -- Universidade
de Brasília, 2018.

1. Identidade nacional. 2. Nazismo. 3. Antissemitismo.
4. Pietismo. 5. Romantismo. I. César Nascimento, Paulo,
orient. II. Título.

A Formação da identidade nacional e o nazismo na Alemanha

Monografia apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharela em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

PROFESSOR PAULO CÉSAR NASCIMENTO

(Universidade de Brasília)

Brasília

2018

Agradecimentos

Primeiro, agradeço a minha família por todo o amparo e incentivo para que eu continuasse, me mostrando o quão capaz eu sou. Agradeço, especialmente, a minha irmã, companheira de graduação, amiga e parceira, sem você, a graduação e essa monografia não seriam possíveis. Agradeço também aos meus gatos, Fofinho e Theo – todas as vezes que estava cansada, vocês me alegraram e me fizeram continuar.

Agradeço também ao meu orientador, professor Paulo César Nascimento, pela compreensão, confiança, pelas conversas que tanto me inspiraram a escrever sobre o tema no decorrer da monografia e pelas correções e incentivos que foram muito mais que simples críticas. Sua ajuda foi imprescindível tanto para a escolha da temática quanto para o desenvolvimento desta monografia.

Meus agradecimentos também a todos os docentes da Universidade de Brasília com os quais tive aula – o meu crescimento como pessoa e a minha sensibilidade política são frutos também de seus ensinamentos.

Por fim, obrigada aos amigos de curso, de monitoria – a vivência na universidade não seria a mesma sem vocês – e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

Esta dissertação trata da construção da identidade nacional alemã e sua possível ligação com os elementos presentes no Nazismo e nos ideais de Hitler. Para concluir tal objetivo, essa monografia se propõe a analisar os elementos que fomentaram a construção da identidade nacional alemã e se é possível encontrar elementos do pensamento pieta-romântico da classe intelectual responsável pela criação do nacionalismo alemão no regime ditatorial de Hitler. Além disso, será utilizada a identidade nacional alemã para observar como o antissemitismo se transformou em uma manifestação de ódio tão violenta na Alemanha do período nazista. O que se encontrou como resultado do presente estudo é que há elementos do período da construção da identidade nacional alemã no regime nazista, mas que este não foi uma consequência única e certa do nacionalismo do século XIX. O Antissemitismo também é diferente do presente na Europa, muito mais manipulado e extremado por Hitler.

Palavras-chave: identidade nacional; nazismo; antissemitismo; Pietismo; Romantismo; Hitler.

ABSTRACT

This dissertation deals with the construction of the German national identity and its possible connection with the elements present in the Nazism and in the ideals of Hitler. To conclude this objective, this monograph proposes to analyze the elements that fomented the construction of the German national identity and if one can find elements of the pieto-romantic thought in the dictatorial regime of Hitler. In addition, the German national identity will be used to observe how anti-semitism has turned into a manifestation of such violent hatred in Germany during the Nazi period. What has been found as a result of the present study is that there are elements of the period of the construction of German national identity in the Nazi regime, but that this was not a single and certain consequence of nineteenth-century nationalism. Anti-semitism is also different from the present in Europe, much more manipulated and extreme by Hitler.

Keywords: National identity; Nazism; Anti-semitism; Pietism; Romanticism; Hitler.

SUMÁRIO

Introdução	p.8
1. Conceitos	p. 10
1.1 <i>Nacionalismo e identidade nacional</i>	p. 10
1.2 <i>Ressentimento</i>	p. 13
1.3 <i>A ideologia como sustentáculo das políticas Hitleristas</i>	p. 15
2. Abordagem histórica	p. 17
2.1 <i>Antecedentes da consciência nacional alemã</i>	p. 17
2.2 <i>A evolução das ideias e o nacionalismo da classe dos intelectuais</i>	p. 18
2.3 <i>O Nacionalismo Romântico como o nacionalismo alemão: surgimento e cristalização da ideologia da identidade nacional alemã</i>	p. 21
3. Nazismo: ascensão e a sua relação com a identidade nacional construída pelos intelectuais alemães	p. 25
3.1 <i>Antecedentes históricos da ascensão de Hitler e o Nazismo</i>	p.25
3.2 <i>A construção ideológica do Partido Nacional-Socialista dos trabalhadores alemães</i>	p.28
3.3 <i>Dominação carismática e a figura de Hitler</i>	p. 31
4. Antissemitismo: fator permanente ou construção dada às circunstâncias?	p. 33
4.1 <i>As origens do Antissemitismo: uma multiplicidade de visões</i>	p. 33
4.2 <i>Relação Estado-nação e Antissemitismo na visão de Hannah Arendt</i>	p. 37
4.3 <i>Antissemitismo e nacionalismo</i>	p. 39
4.4 <i>O Antissemitismo no regime nazista: a intensificação do ódio, a ideologia propagandística e a legalização do genocídio</i>	p. 42
5. Considerações finais	p. 51
Bibliografia	p. 56

Introdução

Frases como “aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo” de George Santayana e “aqueles que não conhecem a história estão fadados a repeti-la” de Edmund Burke foram fundamentais para a escolha deste tema e também de sua fundamental importância para o campo de pesquisa selecionado. O conhecimento acerca da história é fundamental para a evolução dos povos e também para ensinar que certos caminhos podem ser perigosos e devem ser tomados com cautela.

Além disso, assim como a história é fundamental para a construção dos povos, também é a identidade nacional na construção de um povo circunscrito por um território e sob a égide de determinado governo. É neste viés que o tema da construção da identidade nacional alemã e o surgimento do nazismo e de Hitler são considerados importantes, já que líderes carismáticos e partidos com perspectivas que afrontam a dignidade e os direitos humanos não são “coisas do passado”, estando presentes até nos tempos atuais, mostrando que o racismo, a xenofobia, o desrespeito à individualidade pessoal, à democracia e ao Estado Social de Direito ainda estão presentes na sociedade, em que apenas um “empurrãozinho” com a justificativa de defender a nação pode colocar o país sob a égide de um ditador.

Assim, o estudo da formação da identidade nacional e sua relação com a história perfazem um campo fértil para posteriores pesquisas e até mesmo estudos de caso que possam demonstrar sua possível relação com acontecimentos críticos do presente, pois estudar o passado é o caminho para analisar os problemas do presente e entender as capacidades de ações futuras.

Quanto à metodologia para a elaboração desta dissertação, optou-se pelo enfoque teórico, utilizando-se a revisão teórica que abrangeu textos com fatos históricos e livros que tratavam da identidade nacional e do nazismo. Quanto ao que se utilizou para tornar a escolha da metodologia possível, são citadas, dentre vários estudiosos, autoras como Liah Greenfeld (1992) e Hannah Arendt (2013) que tratam, respectivamente, da construção da identidade nacional alemã e do antissemitismo e totalitarismo alemão. William Shirer (2008) também foi de fundamental importância, tendo em vista sua narrativa acerca do regime nazista e de sua ascensão.

Quanto à estruturação lógico-argumentativa, essa monografia está estruturada em 6 capítulos, que são divididos em algumas sessões de forma a proporcionar maior clareza e objetividade para alcançar respostas para as perguntas estabelecidas nesta dissertação. Com

relação ao primeiro capítulo, será abordado de forma introdutória a importância do tema, a metodologia utilizada e breves resumos sobre o que será descrito nos demais capítulos.

Logo após a introdução, já no capítulo 2, serão introduzidos conceitos importantes para sustentar teoricamente o que será proposto. Para tanto, serão dadas algumas definições para o conceito do termo nacionalismo e qual a abordagem será utilizada na presente dissertação. Também serão propostas as conceituações para ideologia e para o ressentimento na construção da identidade nacional alemã.

No capítulo seguinte será abordada a parte histórica referente a construção da consciência nacional alemã, mencionando seus antecedentes, introduzindo como a dominação carismática de Hitler se apossou de certos aspectos desta, como se deu a evolução das ideias do nacionalismo entre a classe dos intelectuais e como o nacionalismo romântico afetou a construção do nacionalismo alemão.

No capítulo 4 já se pretende apresentar o Nazismo em sua relação com a identidade nacional. Para tanto serão explicitados os antecedentes históricos da ascensão de Hitler, do nazismo e a construção do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores. No capítulo posterior, será apresentado o Antissemitismo em sua relação com os conceitos construídos durante a formação da consciência nacional alemã e o que foi apropriado dela pelo regime ditatorial de Hitler, para demonstrar que o poder da identidade nacional apropriada por um regime pode exterminar povos simplesmente por serem considerados inimigos, mesmo que não haja razões para tal.

Por fim, o capítulo 6 irá dispor sobre as considerações finais acerca do apresentado nos capítulos anteriores com o objetivo principal de responder as seguintes perguntas: É possível encontrar traços da identidade nacional alemã do século XIX no nazismo? Se sim, é possível estabelecer uma relação entre as concepções criadas durante a formação da identidade nacional e o nazismo? Em outras palavras, pode-se explicar o nazismo pela história da formação da identidade nacional alemã? Além disso, pode-se dizer que o Antissemitismo nazista que levou ao Holocausto é o mesmo já presente na Alemanha e na Europa quando do advento da formação da identidade nacional alemã?

1. Conceitos

1.1 Nacionalismo e identidade nacional:

A identificação de elementos básicos é pressuposto importante para guiar a construção da argumentação, tendo como fim o encadeamento de ideias que permitam a análise do papel do desenvolvimento do nacionalismo e da formação da identidade nacional alemã. Para melhor compreender o impacto desses aspectos na ascensão de Hitler na Alemanha do Século XX, vale buscar uma base conceitual para direcionar o entendimento do que será abordado mais à frente.

O conceito de nacionalismo tem grande amplitude, visto que é um processo que tem suas bases difusas pela história, com muitas variáveis que não necessariamente se apresentam como elementares na identificação do significado da palavra. O nacionalismo advém do processo de identificação de uma nação, em que os indivíduos deixam de ser difusos pelo território e passam a se identificar como parte de um todo com consciência de grupo. Nesse sentido, esse processo de união dos estratos que ocorre por forças históricas, culturais e socioeconômicas passam a integrar um povo soberano, ente primordial para a ideia de nação, que possui entre si solidariedade e lealdade (GREENFELD, 1992).

O surgimento da nação, na sua concepção moderna, é difundido a partir do Século XVII, com o exemplo da Inglaterra (GREENFELD, 1992). No entanto, é a Revolução Francesa que desenvolve um papel fundamental na dispersão da figura do nacionalismo (KOHN, 1946). Esse nacionalismo é responsável pela ideia de identidade nacional – imagem criada pelo indivíduo que a utiliza como forma de se posicionar e se identificar em determinada esfera, calcada na noção de “pertencimento” a um grupo. A Inglaterra e a França, como fontes originárias de um conceito de nação acoplado ao surgimento do nacionalismo, serviram de modelo para a fundamentação dos nacionalismos que viriam a surgir posteriormente nos demais países.

Essa importação de ideias (GREENFELD, 1992) gerou uma reação em que cada classe moldou de maneira diferente os conceitos de nação, de nacionalismo e de identidade nacional frente as suas aspirações e limitações estruturais, resultantes da sua época e dos elementos sociais e culturais. Sendo o nacionalismo a consequência histórica de uma série de fatores presentes no passado de cada país, ele se desenvolve de maneira diferenciada.

A definição do conceito de nacionalismo é bastante complexa, visto que não há um acordo quanto a seu significado (NASCIMENTO, 2003). Entretanto, para tornar mais claro a escolha do viés nacionalista apresentado em Greenfeld (1992), faz-se necessário trazer

algumas outras abordagens do que seria o nacionalismo e quando ele surgiu para outros autores.

Quanto ao período que pode ser observada a ascensão de ideias nacionalistas, parece haver certo consenso de que o nacionalismo surge com a Era Moderna e com os seus preceitos apresentados principalmente durante o Iluminismo e a Revolução Industrial (NASCIMENTO, 2003). O nacionalismo seria, em linhas gerais, uma ideologia que busca defender e elevar os elementos identitários de um povo e a disseminação desses (ADAMEC, 2015). A partir dessa definição geral, cabe colocar que há uma divisão de conceituação em duas correntes teóricas nacionalistas, a Modernista e a Primordialista.

A corrente Modernista acredita que o nacionalismo possui um viés ideológico orientado por determinado grupo, relegando as origens étnicas ao segundo plano (ADAMEC, 2015). Já a corrente Primordialista defende as “nações como unidades naturais da história da humanidade” (NASCIMENTO, 2003, p. 38). Essa corrente vê a identidade nacional e a sua mobilização como um acontecimento que advém da cultura e da vivência histórica dos indivíduos e é influenciada por estes fatores (ADAMEC, 2015).

Como um dos autores dos quais pode ser extraído a ideia de nacionalismo para a corrente Primordialista, tem-se Clifford Geertz, que apresenta “sentimentos primordiais para descrever laços psicológicos e étnicos, de caráter linguístico, racial, religioso ou tribal” (GEERTZ *apud* NASCIMENTO, 2003, p. 38). Estes elementos são capazes de formar identidades básicas que unem comunidades e que servirão de base para influenciar na formação de uma identidade nacional.

Apresentada as duas correntes, cabe colocar alguns dos diversos pensadores acerca do tema. Eric Hobsbawm (1992) vê o nacionalismo como uma ideologia, uma invenção do homem para agregar o povo em torno de um ideal criado. Ernest Gellner, pensador da linha modernista, vê o nacionalismo como fruto da passagem de uma sociedade agrária para a industrial e como ferramenta de legitimação de elementos inventados pela elite (GELLNER *apud* ADAMEC, 2015). Já Benedict Anderson dá ênfase para a dimensão psicológica do nacionalismo, pois é este nacionalismo que dará aos indivíduos um sentimento de pertencimento (ANDERSON *apud* NASCIMENTO, 2003).

Adamec (2015), ao fazer uma reflexão teórica sobre pensadores que escrevem sobre o nacionalismo, seleciona alguns autores que abordam o tema de forma diversa. Ao tratar de Miroslav Hroch, Martin Adamec (2015) coloca que este autor vê a mobilização nacional e a expansão de uma consciência nacional a partir da vontade de ser uma nação, que surge dentro

de um grupo específico responsável por difundi-la. Anthony Smith coloca que o nacionalismo surge com a modernidade – assim como a maior parte dos autores –, mas ressalva que o nacionalismo não é uma invenção, mas sim fruto de heranças ancestrais influenciadas pelas contingências históricas e culturais (SMITH *apud* ADAMEC, 2015).

Walker Connor (1994), ao tratar sobre o nacionalismo, coloca que a união nacional está relacionada com fatores psicológicos do subconsciente que são bastante influenciados pela emoção. Assim, o que seria importante para a construção de uma identidade nacional não seria de fato um ancestral comum, mas sim a “mobilização em torno de raça, história ou mitos comuns” (CONNOR *apud* ADAMEC, 2015, p.34). Outra perspectiva interessante é a abordada por Charles Tilly, que destaca a ligação entre a guerra e o aparecimento do nacionalismo (TILLY *apud* NASCIMENTO, 2003). As guerras seriam responsáveis por criar um sentimento de identidade nacional e pertencimento ao Estado, que por sua vez, entraria em guerras em busca de autoafirmação ou benefícios.

Finalmente, outra abordagem acerca do nacionalismo é a de Craig Calhoun. Para este autor, o nacionalismo seria:

Essencialmente um fenômeno discursivo, uma narrativa que informa e integra os diversos aspectos de uma nação, uma retórica política que media a produção e garantia de solidariedade interna e reconhecimento externo, o nacionalismo integra o passado ao futuro, incorporando a distinção e particularidade cultural (CALHOUM *apud* ADAMEC, 2015, p.34).

Apresentada algumas das várias perspectivas teóricas acerca do nacionalismo, a conceituação que será utilizada na abordagem deste trabalho será a da perspectiva nacionalista de Greenfeld (1992), já que a autora coloca que o nacionalismo é o principal instrumento de construção de uma identidade coletiva, além de tratar do nacionalismo ressentido alemão.

Após as diversas perspectivas nacionalistas expostas acima, é possível, com base na abordagem de Greenfeld (1992), dizer que na Alemanha, o nacionalismo surge com um significativo atraso em relação aos outros países da Europa e fundamenta-se, inicialmente, nas características culturais (KOHN, 1946). Além disso, o nacionalismo alemão ascende também como reação ao contexto externo do Iluminismo, Revolução Francesa e o desenvolvimento de algumas potências como a França e a Inglaterra, que mostram a fraqueza da Alemanha (GREENFELD, 1992). Isto, aliado à reação da classe educada fundamentada no Pietismo e Romantismo, a serem explicados no decorrer do trabalho, irão levar à criação de um nacionalismo reativo, agressivo e xenofóbico que refuta o que vem do Ocidente¹.

¹ O termo Ocidente se insere em um contexto mutável que deve ser considerado pelas mais diversas perspectivas, levando em conta seu caráter ideológico, político, econômico, geográfico, cultural e social. A

Neste viés, da tipologia apresentada em Greenfeld (1992) sobre os modelos teóricos que classificam o nacionalismo, o que mais se aproxima com a realidade alemã no momento de desenvolvimento do nacionalismo do Século XVIII é o tipo coletivista-autoritário, que assume a espécie étnica. Este se caracteriza pela inerência ao indivíduo e a sua genética, oposto aos ideais do nacionalismo individualista-libertário, que tem a cidadania e a vontade do indivíduo como centro de seu conceito. Vale ressaltar que a etnicidade não necessariamente cria o caminho para o nacionalismo, mas pode ser usada como aspecto estruturante em determinados países, como o foi na Alemanha.

O nacionalismo alemão, fruto da reação ao modelo ocidental importado, baseou-se na negação dos valores franceses e ingleses, já que esses traziam à tona os aspectos ruins do país. O sentimento de ódio, repúdio e “auto-envenenamento da alma” (NIETZSCHE *apud* JUNIOR, 2015) foram propulsores para a construção da identidade nacional e do conceito nacional. Essa ideia é expressa pelo termo Ressentimento, apresentado em Liah Greenfeld (1992), com base no conceito de Nietzsche.

1.2 *Ressentimento:*

O ressentimento exerceu importante papel no desenvolvimento do nacionalismo alemão. Apesar de não ser a causa principal para a ascensão do processo, ele foi um propulsor para que a Alemanha assumisse uma posição tão reativa e racista quanto ao ocidente, representado pelas grandes potências europeias do século XVIII e posteriormente pelos Estados Unidos. Antes de se explicar o motivo de o ressentimento ser “um importante agente de mudança histórica” (JUNIOR, 2015, p. 17), é preciso apontar algumas considerações sobre o tema.

divisão do mundo em dois polos, onde em uma das várias divisões se situa aqueles países que pertencem ao Ocidente e aos que não pertencem, possui direta ligação com a ideia da separação que é vista entre indivíduos de diferentes grupos (HUNTINGTON, 1997). Junto à definição de Ocidente, deve-se levar em consideração que a ideologia, a cultura, os hábitos de vida, as crenças e o desenvolvimento econômico são fatores que caracterizam certas cisões, como a divisão entre Ocidente e Oriente. Estes elementos são mutáveis de acordo com o contexto em que se inserem, portanto, não há a possibilidade de dizer de modo universal e atemporal o que é o Ocidente e quem faz parte dele. Dado esta limitação, será levado em conta como parte do Ocidente para fins deste trabalho, a Inglaterra e a França, que são as nações que nutrirão o ressentimento alemão. As características dessas duas nações que causarão aversão aos intelectuais alemães por trazerem à tona como a Alemanha é pouco desenvolvida frente a elas são os valores empregados pelo Iluminismo, pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial. É a partir desses valores ocidentais que os intelectuais alemães empreenderão a transvaloração dos elementos ocidentais para a estrutura socioeconômica e política da Alemanha, mostrando que os valores ocidentais são ruins, propondo outros que se encaixem melhor ao seu contexto.

O fenômeno acima mencionado assume como principal característica a reatividade negativa dentro da linha argumentativa de Greenfeld (1992), e que pode ser visto como “um sentimento persistente de desagrado, e tem sempre um caráter de reação, sendo, portanto, uma resposta a alguma forma de injúria, humilhação – ainda que não seja necessário que esta afronta seja deliberada ou mesmo direta” (JUNIOR, 2015, p. 1).

O conceito que, segundo Junior (2015), pode assumir tanto uma significação negativa, como neutra ou até mesmo positiva pode ser pertinentemente utilizado para analisar o caminho que a classe acadêmica alemã do Século XVIII percorreu na construção de uma identidade nacional e de um próprio nacionalismo que tinha o Ocidente, representado pelas potências europeias, como a encarnação do mal (GREENFELD, 1992). O caráter de reatividade e de ódio para com o modelo importado, que pelas próprias características culturais, sociais e econômicas alemãs não poderiam ser atingidos em sua plenitude, deu-se pela simples impossibilidade de não sair do patamar de nação secundária.

A dependência de um modelo importado do Ocidente e a subsequente inferioridade da Alemanha criava uma sensação de incômodo nas classes educadas. É nessa sensação negativa que o terreno se torna fértil para a proliferação do ressentimento. Tal fenômeno, além de incitar respostas negativas a tudo aquilo que é de “fora”, também é responsável por criar valores (JUNIOR, 2015). Esses valores podem ser percebidos na atitude que a classe educada alemã teve frente à ascensão do nacionalismo e da construção de uma identidade nacional própria do povo.

O processo de importação de um modelo superior de nacionalismo tido como um padrão a ser seguido e a sua conseqüente produção de um sentimento de desagrado e até mesmo de aversão se reverte na “transvaloração de valores” (GREENFELD, 1992, p.16). Essa é compreendida como uma reversão de todos os aspectos presente em determinado modelo para conceitos totalmente contrários, como se fosse uma negação muito clara, denegrindo a imagem do elemento padrão em favor da imagem do importador dele.

No caso alemão, segundo Greenfeld (1992), o ressentimento funcionou mais como um combustível que um elemento causador do processo de nacionalismo, visto que a sociedade alemã já tinha aspectos sociais e culturais próprios e acentuados em favor da elaboração de uma imagem superior da nação. A classe educada, calcada nos aspectos do piéto-romantismo, foi a responsável por direcionar os esforços em prol de uma imagem majestosa de uma nação independente e livre de valores deteriorados, típicos do Ocidente.

A construção da Alemanha como nação, identificada por um povo soberano munido de uma identidade nacional forte e patriota, reagiu às investidas francesas com as invasões napoleônicas, sendo este país o alvo da descarga de todas as frustrações alemãs e o principal inimigo contra quais todas as forças do país e de seu povo deveriam estar voltadas. O orgulho ferido e a inferioridade da Alemanha em comparação às grandes potências ocidentais se tornam a base para a contestação de valores do Oeste.

O ressentimento não só torna uma nação mais agressiva como representa um estímulo particularmente poderoso do sentimento nacional e da ação coletiva, o que torna mais fácil mobilizar uma nação coletivista para uma ação guerreira agressiva do que mobilizar nações individualistas em que o empenhamento nacional está normalmente dependente de cálculos racionais (GREENFELD *apud* JUNIOR, 2015, p.7).

Dessa maneira, a estrutura básica do nacionalismo é erguida a partir do ressentimento ao Ocidente. Para demonstrar essa negação, valoriza-se o irracionalismo, o homem em seu estado natural, opõe-se ao capitalismo e ao materialismo tão afeto ao Ocidente que objetifica o homem e o aliena frente à sociedade que tem o seu fim no lucro. O lado racional, cívico e libertário da Inglaterra, da França e posteriormente das colônias inglesas, tendo como principal exemplo os Estados Unidos, era negado com veemência por ser este o lado do mal.

1.3 A ideologia como sustentáculo das políticas Hitleristas

Para que seja possível compreender o nazismo e sua relação com a identidade nacional, será usado como conceito-chave também a ideologia, que de acordo com Chauí (2001) pode ser definida como:

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras de conduta que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar e fazer (CHAUÍ, 2001, p.109).

Segundo a autora, o papel precípua da ideologia é o de dar aos indivíduos membros de uma comunidade o sentimento de identidade nacional e pertencimento. Isto facilita a aceitação de determinadas atitudes baseadas no que representa as ideias de certo e errado para uma população.

Pode-se dizer com base nesse conceito que, no caso da Alemanha no período de Hitler, nada teria acontecido tão facilmente e com tanto apoio das massas seguidoras do líder carismático se não houvesse uma ideologia fundamentada apoiando todos os atos hediondos

praticados por ele, como a perseguição aos judeus e outras etnias que não se encaixavam em seu conceito de raça pura ariana alemã.

A publicidade elaborada pelo partido nazista também se destaca como fator que ajuda a disseminar e fortalecer a ideologia racalista, antissemita e totalitária. Observa-se, portanto, como é importante a utilização desse conceito para o fortalecimento das concepções nacionalistas que já vêm sendo elaboradas pelos intelectuais da classe média desde o século XVIII.

A argumentação que encadeia a ascensão do nacionalismo alemão a partir das suas peculiaridades históricas e fatores sociais e intelectuais, o ressentimento como propulsor de um processo que já tinha as suas raízes no passado do país e do papel da ideologia e a função de dominação passa a fazer sentido. Nos capítulos seguintes, tais conceitos serão utilizados para chegar a resposta dos questionamentos apresentados na introdução desta dissertação.

2. Abordagem histórica

2.1 Antecedentes da consciência nacional alemã

Para compreender como surge o conceito de identidade nacional no contexto alemão, faz-se necessário elaborar uma breve retrospectiva histórica sobre quais movimentos sociais e históricos levaram à possibilidade de se pensar o conceito de nação, povo e nacionalismo. Assim, é oportuno iniciar fundamentando qual o contexto que possibilitou a ascensão do nacionalismo na Europa do século XVI.

Neste período percebia-se um desconforto crescente com os dogmas impostos pela Igreja Católica Romana e do poder que a figura do Papa exercia sobre todos os governos. Surge, assim, a corrente protestante, que posteriormente irá se fixar como fonte religiosa legítima e abrirá espaço para que as nações se percebam e se desenvolvam (GREENFELD, 1992). Além disso, os pensamentos renascentistas da época e as correntes voltadas para o homem, articuladas à flexibilização e movimentação das classes sociais insatisfeitas com suas posições permitiram uma nova articulação social que favorecia a formação de uma identidade nacional e o estabelecimento da ideia de povo soberano. A junção destes fatores e o resultante nacionalismo surgido destes foram percebidos claramente no contexto da Inglaterra do século XVI.

Entretanto, como coloca Greenfeld (1992), apesar da Alemanha também possuir todos os itens expostos acima, responsáveis por criar um campo fértil para o desenvolvimento da consciência nacional, não foi possível o estabelecimento do nacionalismo. Este era, em grande parte, atribuído ao fato de que os conflitos intergrupais já haviam sido eliminados, o que acaba por retirar as bases do que poderia ser um novo rearranjo social e político coletivo que levaria ao sentimento nacional.

Era de se pensar que o fim da dominação papal sobre os governantes, assim como aconteceu na Inglaterra, levaria a possibilidade da formação da nação também na Alemanha. Entretanto, no lugar do domínio papal, surge um sentimento de liberdade nos príncipes dominantes dos territórios, que não queriam usar desta liberdade para unir os territórios e gerar uma política unificadora do povo. No lugar da criação de nação, surge uma fragmentação territorial e o domínio absolutista e patrimonial dos príncipes que acaba por não favorecer o surgimento do nacionalismo.

Aliado ao apresentado anteriormente, o nacionalismo na Alemanha não encontrou de início classes fortes o suficiente que pudessem apoiar e disseminar a ideia de nacionalismo e

identidade nacional. Como exemplo disso tem-se a nobreza alemã, que em momento algum no transcorrer dos séculos XVI a XVIII sentiu-se ameaçada por crises internas que retirasse de suas mãos o velho poder adquirido. Nos períodos que constaram da Reforma Religiosa ao absolutismo, todo o remanejamento político e social foi elaborado em conformidade com a não alteração dos privilégios que a classe nobre mantinha. Esta ainda ocuparia altos cargos públicos e deteria o poder de decisão durante os vários governos que se sucederam na época.

Para que uma mudança significativa tivesse ocorrido, principalmente no que tange ao surgimento de uma identidade nacional que fortalecesse o laço entre os integrantes da comunidade, teria sido necessário a efervescência de movimentos contra a situação presente. No caso alemão, essa efervescência, também interpretada pelo termo inconsistência de *status* não aconteceu. A inconsistência de *status* apresentada por Greenfeld (*apud* JUNIOR, 2015) pode ser definida como a diferença observada pela classe dominante entre o poder econômico que ela detém e o poder político que ela possui. Essa inconsistência seria a responsável por forçar uma mudança do *status quo*, já que essas classes dominantes usariam da construção de uma identidade nacional em prol de alcançar as suas demandas.

Como o requisito da crise na organização social para formação da identidade nacional não aconteceu com os estratos mais altos da sociedade alemã, o nacionalismo foi perdendo espaço para a acomodação das classes estáticas que, apesar de todo o contexto externo e fermentação de novas ideias advindas da França e da Inglaterra, se viu ileso por tais pensamentos, já que a classe dominante continuava a deter o poder que a satisfazia, tornando-se uma estrutura imóvel e sem muita motivação para impulsionar uma mudança significativa nesse laço que une a comunidade, a saber, a identidade nacional.

Portanto, com relação aos acontecimentos do fim do século XV e parte do século XVI, percebe-se que apesar de haver um solo fértil para o desenvolvimento do nacionalismo alemão, este falhou em se fixar. No entanto, isso não significa que acontecimentos históricos como o iluminismo e o desenvolvimento do nacionalismo francês e inglês não acharam espaço nas ideias de grupos de indivíduos na Alemanha, como se verá na seção a seguir.

2.2 *A evolução das ideias e o nacionalismo da classe dos intelectuais*

Parte do século XVII se vê marcado com a continuação da fragmentação territorial e a soberania dos príncipes. O Estado, no começo do domínio dos príncipes era visto como uma extensão do patrimônio dos governantes (GREENFELD, 1992), sendo considerado parte integrante do rei. Entretanto com o passar do tempo e devido à pouca habilidade de ingerência

da Igreja Católica nos assuntos do Estado, os governantes passam a criar uma nova concepção de Estado, separado da pessoa do governante, adquirindo traços de impessoalidade e solidificando as bases do que mais tarde seria uma identidade nacional particularista com foco na lealdade à instituição do Estado, a identificação com uma comunidade (GREENFELD, 1992) e abdicação da individualidade em prol do Estado.

Apesar da concepção de Estado ter migrado da concepção patrimonial para a concepção impessoal no século XVII na Alemanha, ainda faltava um grupo que assumisse as rédeas da elaboração e desenvolvimento da consciência nacional, que claramente tinha falhado devido à falta de centralização do governante e falta de crise no *status* das classes sociais (GREENFELD, 1992), que causavam desinteresse nos grupos da elite, do estrato médio e dos plebeus, presos numa estagnação de classes em que era quase impossível ascender.

A classe responsável por criar as raízes do nacionalismo alemão foi, assim, a dos intelectuais surgidos nas universidades alemãs do século XVIII que, de acordo com Greenfeld (1992), derivavam basicamente da classe média e dos plebeus, representando uma nova classe que esperava ascender por meio da cultura e não por meio do nascimento. Apesar dessa esperança, como era de se esperar da falta de abertura para mobilidade de indivíduos na estrutura social da Alemanha do século XVIII, os intelectuais se frustram com a escassez de oportunidade e começam a nutrir um sentimento de ressentimento pela sociedade alemã. Isto levará a uma construção de uma nova forma de enxergar, o que possibilitará o surgimento dos tópicos principais da ideologia dos românticos sobre como seria a identidade nacional e o nacionalismo na Alemanha do século seguinte.

No entanto, antes de se frustrarem com a sociedade alemã, estes estudantes mantinham contato com a influência das ideias externas do Iluminismo Francês. No início, essa classe se sentiu extremamente atraída pela ideia de Nação fundada na liberdade, igualdade e soberania popular desse movimento. No entanto, o Iluminismo alemão foi tomando rumos diferentes e o movimento foi se distorcendo em uma forma de ressentimento ao ocidente – representado pela Inglaterra e França –, não só devido ao fracasso dos intelectuais em ascender socialmente na Alemanha, mas também pelo fato de que os outros países experimentavam grande crescimento após as ideias de liberdade e racionalismo do Iluminismo (GREENFELD, 1992).

O Iluminismo, portanto, começa a mostrar as desvantagens da Alemanha e o ressentimento do crescimento das outras potências deu lugar ao ódio a tudo que vinha do ocidente – o capitalismo e o racionalismo são exemplos bem claros disso. A partir disso, os

intelectuais distorcem as características do Iluminismo a favor das qualidades da terra alemã, formando predecessores da identidade nacional adaptada à cultura e às qualidades alemãs. Para tal construção da consciência nacional os intelectuais românticos irão se basear em dois movimentos bastante interessantes, que mais tarde, vão ser solo fértil para o nacionalismo alemão que voltará à tona no século XX com o advento do Nazismo e da ascensão de Hitler.

O primeiro deles é um movimento religioso conhecido como substituto do puritanismo inglês na Alemanha. Este movimento, o Pietismo, possui algumas características observadas por Greenfeld (1992). Ele podia ser reconhecido como uma vertente fatalista do puritanismo, voltada para a emoção devido ao fato das dificuldades que a população passava. Essa vertente religiosa colocava que era essencial preservar a diferença do povo, e que sua força motora e representação da vontade divina encontravam-se na singularidade deste.

Quanto à sociedade e o Estado, o Pietismo foi ideologia principal para o surgimento de características totalitárias, observáveis nas atitudes praticadas por Hitler e que receberiam apoio voluntário das massas. Para essa modalidade religiosa, não deveria haver vontade voltada para os interesses individuais, mas sim para o coletivo. Aliado a essa ideia de vontade coletiva mais importante que vontade individual, o Estado é exaltado como a incorporação da igreja e seus príncipes como enviados de Deus para encaminhar a população para a salvação (GREENFELD, 1992). Estes deveriam ter obediência de seus seguidores e seriam responsáveis por manter o coletivo nos caminhos para a glória divina.

Está claro que o Pietismo serviu para os idealistas intelectuais do nacionalismo alemão como solo fértil para a criação de uma identidade nacional voltada para o coletivo e para a ideia de um Estado na pessoa do governante forte, carismático e dominador. A legitimação que esta vertente religiosa, junto com o movimento do Romantismo na Alemanha dá para a criação de um nacionalismo xenofóbico, racista e violento vão refletir dois séculos mais tarde, na dominação carismática de Hitler fundamentada em um nacionalismo que não foi criado por ele, mas que só tornou possível sua ascensão como líder devido à identidade nacional dos românticos encrustada no pensamento da sociedade alemã.

Desse modo, é necessário identificar a corrente do Romantismo que completa as características que basearam a identidade nacional alemã, aliada ao Pietismo. Essa corrente foi adotada pelos intelectuais frente ao Iluminismo que se desenvolvia no ocidente e frente as suas dificuldades sociais como parte intelectual que não era valorizada e não conseguia obter *status*. Nesta corrente, o racionalismo era absolutamente desprezado, considerando que este buscava destruir a organicidade e a unidade do homem, criando uma aberração que facilitava

a alienação dos estratos da sociedade (GREENFELD, 1992). Tomavam como exemplo a França e a Inglaterra, julgando o jeito que essas sociedades funcionavam de forma negativa.

É perceptível que essa crítica se fundamentava basicamente no ressentimento da ascensão desses países e no atraso da Alemanha. Como os mesmos fatores ideológicos de racionalismo não foram capazes de elevar a Alemanha e o *status* dos intelectuais, esses valores são rejeitados, fundamentando-se na irracionalidade, na impulsividade e na paixão os termos mais adequados para se alcançar a glória. Para os românticos, a razão separava o homem da coletividade (GREENFELD, 1992) e isto era considerado absurdo, já que o homem não vive fora do coletivo e que a comunidade deve ser fundida no indivíduo e vice-versa.

É no Romantismo que os idealizadores da identidade nacional preveem o que seria mais tarde a sociedade totalitária alemã do século XX, marcada pelo Nazismo de Hitler. É possível afirmar isto pela pertinente colocação feita por Greenfeld (1992) em que os românticos colocam a comunidade natural como isenta da existência de exclusão. A coletividade seria elevada a seu grau máximo, não tolerando independências e individualidades inerentes aos indivíduos e, assim, o público e o privado se mesclam, já que não existe indivíduo fora da fusão Estado-sociedade. Além disso, a subjugação do indivíduo à autoridade coletiva e a perda de sua independência seriam requisitos para se formar uma identidade nacional única e forte.

Com base nas observações do Romantismo e do Pietismo que inspiraram os intelectuais, é possível perceber que mesmo antes de Hitler os intelectuais estavam pavimentando o caminho para um nacionalismo fortemente ligado a ideia de uma coletividade amarrada por um Estado forte e autoritário. É a partir dessa breve descrição das fontes de inspiração para os intelectuais que serão analisados como estes conseguiram difundir seu pensamento – que antes não retinha interesse de classe nenhuma – para toda a Alemanha e como o seu pensamento tornou-se o pensamento de toda a nação.

2.3 O nacionalismo Romântico como o nacionalismo alemão: surgimento e cristalização da ideologia da identidade nacional alemã

Segundo Greenfeld (1992), pode se dizer que o nascimento do Nacionalismo alemão se deu efetivamente com a queda da Prússia pelas tropas napoleônicas no curso da Revolução Francesa, em 1806. Esse foi o estopim para que a classe de intelectuais conseguisse apoio nas demais classes, que viram sua antiga ordem de dominação ameaçada pela invasão de

Napoleão Bonaparte. Como já se sabe, é a instabilidade de classes e o sentimento de insegurança que leva os cidadãos a se unirem em torno de um ideal comum para se defender.

Esse sentimento provoca o crescimento de identidade nacional e todos os grupos voltam as suas atenções para os pensamentos dos intelectuais românticos, que desde o século XVIII vem tentando plantar a semente de seu nacionalismo na população alemã. Como já dito, para eles, o que vinha do ocidente – França e Inglaterra – era repudiado com veemência e a racionalidade e separação do homem da comunidade deveria dar lugar a um irracionalismo, uma valorização das qualidades do solo alemão e de sua população.

A invasão promovida pela França foi a causa da união nacional alemã. Segundo Charles Tilly (1996), as movimentações relacionadas aos preparativos para a guerra fornecem condições para os Estados se expandirem e se organizarem política e economicamente, favorecendo o surgimento de instituições administrativas e pensamentos ideológicos que concentrem os esforços dos indivíduos na ideia de nação independente e capaz de realizar e vencer conflitos.

Tomando por base a ideia de que guerras fazem os Estados e estes realizam guerras (TILLY, 1996), pode-se inferir que essa invasão forneceu bases para que o nacionalismo alemão surgisse a partir de um rápido e grande choque sofrido pelas classes por forças externas, levando-as a crer que o nacionalismo alemão deveria ser aquele que se opusesse a tudo o que vem de fora. A partir disso, os intelectuais começam a colocar em prática a construção de uma ideologia que, apesar de ter começado estritamente na classe romântica, passa a ser também compartilhada pela população alemã como um todo.

Para os patriotas, a única individualidade verdadeira é a da Alemanha, que é também a única a ser considerada Nação, sendo inconcebível a ideia de pluralismo de culturas. Segundo Greenfeld (1992), essa ideia de individualidade pura tem fontes no Pietismo, que considerava a Alemanha como a única a manter sua individualidade intacta e livre de contaminações por meio de miscigenações e contato com outros povos.

Além disso, começa a se difundir na Alemanha a ideia de que a superioridade da nação seria alcançada pela manutenção do sangue “puro”, ou seja, o da raça ariana alemã. O que não fosse descendente dessa raça seria fraco e deveria ser eliminado. Pelos conhecimentos que serão expostos em seção específica sobre o Nazismo, já é possível obter uma prévia de que esse pensamento racista seria justificador das ações de Hitler ao exterminar povos que não se encaixassem no seu conceito de raça ariana pura. A política da Eugenia é um exemplo claro do reflexo da construção da identidade nacional dos alemães no século XIX.

Além disso, o que já era defendido pelos intelectuais na fase de concepção do que seria o melhor dos nacionalismos foi aplicada no surgimento do sentimento de pertencimento e na concepção da abdicação do individual ao coletivo. A identidade nacional baseada na fusão do indivíduo na coletividade dá um sentimento de pertencimento e é isto que os diferentes grupos precisavam para superar as investidas francesas no domínio do território alemão.

Junto ao coletivismo, o anti-individualismo, o racismo e a xenofobia apresentados na construção do nacionalismo após a invasão francesa, surge também a ideia de que para possuir a tão sonhada liberdade proposta pelos franceses em suas revoluções não era necessário focar na liberdade do indivíduo, mas sim na liberdade do coletivo. Para os patriotas dessa época a liberdade era a liberdade da dominação estrangeira (GREENFELD, 1992). Dominar os outros não era ruim e a guerra era a genuína expressão do poder da nacionalidade na defesa da nação, mas quando se tratava de considerar a nação alemã sendo invadida por outros países, os patriotas românticos achavam um crime hediondo.

Nessa concepção de liberdade calcada na não intervenção estrangeira, surgem as bases do ápice da revolta contra o Tratado de Versalhes imposto à Alemanha após a derrota na 1ª Guerra Mundial. Este tratado, como será explicado na seção sobre a ascensão do Nazismo, insere ainda mais a Alemanha em uma grande crise, onde a inflação e a perda do valor da moeda torna incapaz a sobrevivência da população alemã, que passa fome e vive em situação de miséria.

Esse cenário econômico falido, aliado ao descompasso político abre margem para a ascensão de um líder com exímia oratória e alto poder de persuasão, infiltrando-se nas massas e mostrando um caminho possível para a recuperação da Alemanha. Como bom líder carismático que era Hitler, este aproveita da fragilidade da população para estabelecer ideias grandiosas que, por meio da violência, da negação dos acordos impostos pelos vencedores da primeira guerra (principalmente Inglaterra, França e Estados Unidos) e da idealização da supremacia da raça alemã – pura – estabeleceria suas políticas nazistas e autoritárias que acabariam por mostrar ao mundo como a ideologia e a identidade nacional, unidas pelo cenário econômico e social podem promover tamanha violência e horror, como se veria na perseguição aos judeus e o conseqüente Holocausto.

Após toda a retrospectiva histórica de como foram surgindo as raízes da consciência nacional na Alemanha desde o século XVI, é importante fechar o tópico já trazendo à tona o

que será abordado na seção seguinte. O Nazismo e os ideais de Hitler foram frutos também da produção intelectual de séculos anteriores a seu surgimento no cenário político alemão.

O racismo, a ideia de raça particular condenada ao fracasso – os judeus exemplificam bem esse pensamento –, a glória dada à violência pelo Pietismo e pelo Romantismo e o ressentimento de grande parte da população alemã pela decadência da nação voltam no século XX com a figura de Hitler no poder. A partir de então, a população, que já tinha sido apresentada aos fatores extremos do nacionalismo criado no século XIX, passa a apoiar voluntariamente a dominação do líder. É plausível considerar, neste sentido, que os cidadãos ficaram mais suscetíveis ao tipo de nacionalismo-coletivista étnico apresentado pelos patriotas e novamente reapresentado por Hitler devido às dificuldades socioeconômica e políticas que passava a Alemanha após a 1ª Guerra Mundial.

3. Nazismo: sua ascensão e a relação com a identidade nacional construída pelos intelectuais alemães

3.1 Antecedentes históricos da ascensão de Hitler e o Nazismo

A construção da Alemanha passou por momentos particulares que resultariam na ascensão do regime que mais chocou o mundo com as atrocidades cometidas, todas em nome de uma ideologia de superioridade e de levante contra as potências ocidentais, aqui reconhecidas como a Inglaterra, França e, posteriormente, os Estados Unidos. Na tentativa de construir um quadro histórico anterior ao advento do Regime Nazista, vale apontar alguns eventos históricos que compõem a construção da Alemanha como nação.

Diferentemente das potências europeias Inglaterra e França, a Alemanha apresentou substancial atraso na sua constituição como nação e esse atraso, conseqüentemente, trouxe consigo o subdesenvolvimento econômico, político e cultural. Até meados dos anos 1800, a Alemanha ainda se encontrava dividida em principados e pequenos territórios sem qualquer desenvolvimento que pudesse ser tido como relevante.

Príncipes absolutos que colocavam os seus súditos em regime de servidão e uma burguesia dispersa (LOUREIRO, 2005) dificultavam o estabelecimento de um país forte e preparado para se equiparar com as potências europeias do período. Esses príncipes não enxergavam o nacionalismo, já que visavam somente o interesse pessoal, repudiando qualquer tentativa de uma identificação com algo nacional (SHIRER, 2008).

A Unificação Alemã resultou de um impulso democrático e liberal feito na tentativa de uma revolução em 1848. Fracassada, essa revolução acabou por dar força a uma reação de cunho político oposta ao caráter democrático-liberal. Neste sentido, o século XIX foi marcado por um movimento político autoritário e militarista, onde as forças políticas reacionárias pontuadas pelo conservadorismo provenientes da Prússia e lideradas por Bismarck seriam as responsáveis pelo processo de unificação da Alemanha, que ocorrera em 1871. Vale ressaltar que a unificação alemã foi precedida de um desenvolvimento importante de alguns territórios que fariam parte do território alemão, principalmente quando se fala da Prússia.

A unificação do território alemão, dado a sua característica militarista, pode ser vista como “feita pelo alto, pela diplomacia e pela guerra” (LOUREIRO, 2005, p.23). Com a Prússia encabeçando o movimento, através de várias conquistas e anexações territoriais, a Alemanha logo se tornou uma potência. Esse domínio prussiano teve forte impacto na organização da sociedade alemã, como Loureiro (2005) aponta, já que a Prússia tinha como

caráter predominante a disciplina, o militarismo e o autoritarismo. Tal aspecto pode ser visto como um antecedente do que seria a obediência futura a um líder forte que, aliado ao exército seria capaz de guiar o Estado Alemão para um futuro de superioridade e sucesso.

Após a Unificação da Alemanha, Guilherme I, rei da Prússia, assume a posição de imperador alemão e aqui se tem o início da nação alemã propriamente dita. Para “recuperar o tempo perdido” frente às outras nações europeias, busca-se a defesa territorial e a sua expansão, principalmente com Guilherme II como imperador, além da reafirmação de que a Alemanha era uma nação de grandes cidadãos e dotada de grande força e tendência ao sucesso. Neste viés, desde 1871 até o início da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha experimentou grande crescimento sem se desvencilhar das velhas amarras do conservadorismo da nobreza agrária (LOUREIRO, 2005).

A nova posição como uma das potências europeias adquirida pela Alemanha acirrou as tensões no continente quando se refere à expansão territorial. O desenvolvimento e a expansão em nível desigual pelos países europeus causaram alvoroço, que culminaria na Primeira Guerra Mundial, resultado da disputa pelas colônias no continente africano. Os dois blocos, a Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) e a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia) entraram em uma disputa que resultaria na derrota da Tríplice Aliança e a imposição de pesadas consequências para Alemanha, advindas do Tratado de Versalhes.

A Primeira Grande Guerra movimentou milhões com a indústria bélica, mas também tirou milhares de vidas e destruiu muitas cidades. No entanto, o conflito foi capaz de reforçar o patriotismo dos alemães. Nesse sentido, a união nacional seria a responsável pela vitória do conflito (LOUREIRO, 2005), pelo menos era nisso que se fiava a elite que governava. É importante dizer que a entrada na guerra não era um consenso, já que parte do Partido da Social Democracia apresentava-se contra o envolvimento no conflito.

Com a entrada dos Estados Unidos no conflito em 1917, o descontentamento com o rumo que a guerra tomava por parte da população alemã e a retirada da Rússia por enfrentar uma crise interna, a situação para a Alemanha foi mudando. O contexto passou dos ânimos exaltados, do patriotismo exacerbado e da certeza sobre a vitória alemã, para o final do conflito, com a população passando por necessidades e a certeza sobre a derrota, levando a Alemanha a entrar em uma grave crise política e econômica. Movimentações populares pelo fim da guerra e pela queda da monarquia tomaram conta do país e, em 1918, o conflito chega ao fim com a imposição de pesadas punições aos derrotados.

O fim da Primeira Guerra Mundial foi marcado pela agitação política e social. Instaura-se no final de 1918 uma monarquia parlamentar que duraria muito pouco, já que segundo a ótica popular o motivo de tamanha desordem era o fato da própria existência do *Kaiser* (LOUREIRO, 2005). Grandes manifestações provocam a saída do imperador, ficando como chanceler Ebert, membro da Social Democracia, e pendente a convocação da Assembleia Nacional, que resultaria na posterior instauração da República. Quanto à agitação social, esta foi derivada do desemprego, da falta de condições e do enfraquecimento do poder (LOUREIRO, 2005).

Nesse interstício, é necessário mencionar o papel do Tratado de Versalhes e da Constituição de Weimar para o futuro da Alemanha. O primeiro foi resultado da derrota alemã na guerra. Este tratado foi imposto sem negociação (SHIRER, 2008) com a Alemanha, sucedendo a tomada de territórios conquistados e das colônias africanas adquiridas por esta, além da limitação do poderio bélico e militar e com o estabelecimento de pesadas indenizações por parte dos países vencedores. A assinatura do tratado não agradou a muitos, o que traria, futuramente, agitações aptas a mudarem os rumos da Alemanha.

Com relação à Constituição de Weimar, esta resultou da mudança política fruto do final da guerra. A exigência do fim da monarquia e do estabelecimento da república exigiu uma nova organização dada por essa constituição. O documento publicado em agosto de 1919 estabelecia o presidente do *Reich* e dois órgãos legislativos, ambos com pouco poder frente ao presidente. Loureiro (2005) estabelece como características relevantes da Constituição de Weimar aspectos mais ligados ao liberalismo e democracia, apesar de que o ponto alto era a força dada ao presidente do *Reich*.

Segundo Shirer (2008), a República instituída pela Constituição de Weimar já se iniciou com altas oposições tanto da direita quanto da esquerda e da população, pois se atribuía aos responsáveis por assinar o Tratado e instituir a República a culpa pela perda na guerra, apresentando a ideia de que a Alemanha tinha sido traída e apunhalada pelas costas por pessoas de dentro da nação. Isto vai pavimentar o caminho para a ascensão de ideias nazistas, além de favorecer o pensamento de que o governo democrático e a democracia como um todo eram os culpados pela contínua humilhação e sofrimento (SHIRER, 2008).

Mesmo com a instituição da República – que visava dar maior estabilidade, mas não obteve apoio – a efervescência no início da década de 1920 continuou. O desemprego, a inflação, a falta de mantimentos básicos, o caos político e econômico: todos eram motivos possíveis de causar abalo num cenário já instável. Sucessivas tentativas de golpe, como o

Putsch de Munique e o *Putsch* de Kapp, tomaram conta da cena política. A situação incerta e a posição fraca da Social Democracia, então à frente do governo na República, fez com que as classes médias migrassem para a direita política (LOUREIRO, 2005), adubando o terreno para a ascensão do Partido Nazista, com Hitler como chefe do partido já em 1921.

Em 1923, a República consegue se estabelecer com os grandes vitoriosos identificados entre o Exército e o Grande Capital (LOUREIRO, 2005). O controle político e econômico perdurou entre 1925 e 1929. No entanto, com a crise econômica de 1929 e a Alemanha extremamente dependente do capital e das compras estrangeiras, é instaurado mais um momento de caos. Novamente, greves e marchas tomam conta de Berlim e o governo, incapaz de controlar essas movimentações, acaba por levar a uma mudança de cunho político, em que a classe média volta-se para a direita.

Assim, “a falta de perspectiva do campo da esquerda levou as classes médias ameaçadas pela crise, empregados e funcionários cada vez mais para a esfera de influência do fascismo” (LOUREIRO, 2005, p.167). Com a ênfase na direita, Hitler consegue ascender ao posto mais alto do governo. Isto se deu ao fato do futuro *Führer* se aproveitar da crise econômica de 1929 para mostrar ao povo que se o poder político estivesse em suas mãos e sob controle do Partido Nacional-Socialista, não haveria mais desemprego, fome, miséria e subordinação a outros países.

Devido ao seu gênio astuto de perceber que é nas dificuldades econômicas e políticas que o povo está mais suscetível a ideias extremas que retornem para estes um padrão de vida confortável, Hitler consegue o cargo de chanceler e depois o cargo de líder supremo e ditador do Reich por meios constitucionais, no qual por meio do Ato de Autorização de 1933, o ditador solapa a democracia parlamentar e concentra em sua pessoa todos os poderes político, econômicos e sociais da Alemanha (SHIRER, 2008).

3.2 *A construção ideológica do Partido Nacional-Socialista dos trabalhadores alemães*

Após a construção dos antecedentes históricos, faz-se necessário realizar uma breve apresentação sobre as raízes ideológicas que contribuíram para a ascensão do Nazismo, que aliados ao contexto histórico, permitiram o crescimento político de Hitler, líder carismático que persuadiu as massas e instituições fortes como o exército e a igreja a apoiarem-no na tomada de poder.

Com a mudança de nomenclatura e liderança do Partido dos Trabalhadores para o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães em 1920 (SHIRER, 2008), Hitler

assume papel importante no direcionamento ideológico do partido que irá refletir nas políticas nazistas adotadas durante o período que vai de 1933 até 1945. Com vistas a apresentar a importância das ideias do *Führer*, estas serão mencionadas e relacionadas com a construção da identidade nacional alemã, fruto das correntes pieta-românticas do século XVIII.

Hitler era um defensor ferrenho do nacionalismo e acreditava que o povo alemão – o descendente da raça ariana – estava destinado à superioridade e domínio de todos os demais povos (SHIRER, 2008). A Alemanha seria a nação pura, única em sua individualidade, capaz de expandir seus domínios e ditar os rumos da política externa. Este conceito é bastante similar ao adotado pelos intelectuais da vertente do Pietismo e do Romantismo alemão do século XVIII, que acreditavam que o povo alemão foi o único a manter sua língua e sua cultura dos povos ancestrais fortes, não estando contaminados pelas fraquezas das outras raças (GREENFELD, 1992). Esta ideia de superioridade de raça foi fundamentada também pelo Darwinismo Social² e a Eugenia³, que estarão presentes nas políticas adotadas pelo *Führer* e que irão ser utilizadas para excluir os judeus, entre tantos outros grupos.

Quanto à questão territorial, Hitler acreditava na ideia de que ao povo alemão deveria ser concedido o território que fosse justo ao tamanho, poder e superioridade de sua população. Com isso, é criada a ideia de espaço vital, onde o grande território garantiria a liberdade de existência do povo (SHIRER, 2008). Aliado a essa ideia de domínio territorial devido ao direito superior da raça alemã, encontra-se a concepção de nação equiparada a um Estado Tribal, onde a união seria mantida pelos fatores relativos ao sangue e a terra (SHIRER, 2008). Essas concepções têm suas raízes também no pensamento romântico alemão do século XVIII, onde se preza pela valorização do solo alemão e de sua população. Portanto, o sangue, o solo, os camponeses e a terra seriam considerados a alma e a esperança do Terceiro Reich (SHIRER, 2008).

Outra ideia que serviu de raiz intelectual para o Terceiro Reich e que já permeava os pensamentos de Hitler é a de que para que a nação possa se desenvolver são necessárias a força e a centralização do poder nas mãos de um líder forte, em um Estado centralizado e autoritário – motivo pelo qual descreditava na ideia de democracia, de liberdades individuais

² Derivado da teoria da Seleção Natural de Darwin, esta corrente coloca que os indivíduos são desiguais por natureza, possuindo características superiores ou inferiores. A vida em sociedade é uma luta para se manter vivo, portanto, é comum que os mais aptos sobrevivam (BOLSANELLO, 1996). Isso irá fundamentar as experiências científicas e de extermínio no período nazista, que com base na ideia de que os menos aptos devem morrer, fundamenta ideologicamente o extermínio de judeus, homossexuais e todos os outros indivíduos que desviem da concepção ariana de povo alemão.

³ Concepção usada pelo Estado para motivar o manejo genético dos indivíduos para criar um grupo genético aperfeiçoado. Vai justificar a eliminação dos “inferiores” e a ideia de aperfeiçoamento racial (BOLSANELLO, 1996).

e no parlamento, culpando-os pela falência do povo alemão. Para isso, o poder deveria ser congregado em uma ditadura absoluta do líder, onde apenas um homem seria capaz de ditar o ordenamento. Aqui também pode ser percebida a ideia de líder acima da Lei, pois este não deveria estar limitado para agir em prol do desenvolvimento de uma nação.

Apesar de apoiar a centralidade autoritária do líder, acreditava-se que esta centralização dos poderes estatais na mão de um governante não deveria se fundamentar em um golpe, mas sim no apoio legal, no apoio das massas e de instituições fortes, como a Igreja, o exército e os chefes dos poderes políticos (SHIRER, 2008), já que é impossível ascender ao poder sem se apoiar em instituições que sustentam o Estado. Com sua grande oratória e características típicas de um líder carismático na concepção weberiana, Hitler consegue o apoio não só das massas, por meio de propagandas e promessas como a de tirar a Alemanha do estado de calamidade econômica advindo de crises internas e externas, mas também conquista o exército – por meio de promessas de ascensão dentro das estruturas militares – e a Igreja, assegurando acordos que posteriormente foram descumpridos.

Na centralização autoritária promovida pelo Partido Nazista, o coletivismo, o anti-individualismo, a repulsa à vontade voltada para os interesses particulares e à existência de direitos civis e individuais (SHIRER, 2008) foram características levadas adiante durante todo o período do governo de Hitler. Esses elementos também podem ser percebidos durante a construção ideológica da identidade nacional promovida nos séculos XVII, XVIII e XIX, provando mais uma vez que a formulação da liderança de Hitler e a ordenação dos preceitos do Partido Nacional-Socialista não se fundamentaram em princípios nacionalistas totalmente novos, mas sim com base em construções ideológicas maturadas durante os anos que antecederam a ascensão do Terceiro Reich.

Como exemplo de uma das políticas adotadas pelo partido Nacional-Socialista tem-se o *Gleichschaltung*⁴, uma vertente que visava à busca de união e sincronização de uma comunidade unida por meio de laços culturais e raciais com foco na construção nacional (STRACKELBERG, 2002). Foi na aplicação deste termo no direcionamento político que Hitler conseguiu, a partir de 1933, retirar a autoridade dos governantes estaduais, extinguindo suas vontades políticas e alocando estes apenas como subdivisões administrativas do Reich, além de fundamentar a base legal e ideológica para a extinção da diversidade cultural e social que fosse contra a ideologia nazista na Alemanha, por meio da exclusão de judeus e outros

⁴ De acordo com Strackelberg, significa em sentido literal “mudar na mesma direção, linha ou corrente” (2002, p. 149). Para o autor, este termo tinha como finalidade “assegurar a total conformidade ideológica e eliminar toda a resistência concreta e potencial ao monopólio do regime nazista” (STRACKELBERG, 2002, p. 160).

(STRACKELBERG, 2002). Esta política mostra o viés nacionalista, racista e coletivista dos pensamentos de Hitler.

Além das fontes ideológicas colocadas acima, o líder de exímia oratória, carisma e poder de persuasão também aprofundou na mentalidade do povo alemão o antissemitismo – tratado em seção específica –, o antissocialismo – apesar de seu partido se dizer socialista, o socialismo para Hitler se referia a todo aquele que fosse capaz de colocar as vontades nacionais e coletivas acima das individuais –, a ideia de guerra como expressão da nacionalidade e da conquista do povo alemão – difundida pelos pietos-românticos –, e a alienação e a obediência dos indivíduos ao poder autoritário estatal (SHIRER, 2008). Estes deveriam abdicar de suas liberdades individuais em prol do coletivo, visto que só haveria liberdade coletiva, já que os indivíduos dissociados do Estado não teriam direito à liberdade alguma.

Dentro dessa perspectiva, é possível notar o caráter prático das ideias e das características pessoais de Hitler no regime nazista. Nesse sentido, o regime ditatorial nazista possui no seu espectro a aplicação de todos os valores advindos do nacionalismo alemão do século XVIII. A ideia de superioridade da raça alemã e a desvalorização de tudo aquilo que não fosse etnicamente ligado ao povo alemão, o antissemitismo, o antissocialismo e o desejo de tornar a Alemanha uma grande nação foram todos fatores presentes no regime nazista, levados com seriedade e violência.

3.3 *Dominação carismática e a figura de Hitler*

Após exposição dos fatores históricos e ideológicos que impulsionaram o surgimento do nazismo e da figura de Hitler, torna-se oportuno analisar como se deu a dominação de Hitler sobre as massas. Com base nisso, o que fundamentará esta seção é que a construção de uma nação a partir da visão negativa do ocidente junto à estrutura econômica, política e social da Alemanha no início do Século XX foram propícias ao surgimento de um líder forte e autoritário, que usaria dos aspectos desenvolvidos durante o período da construção do nacionalismo alemão para assegurar seu posto de incontestável comandante da Alemanha.

Para abordar como Adolf Hitler usou do sentimento de identidade nacional e nacionalismo já presentes no povo alemão, que se encontrava em um contexto de miséria, desespero e ressentimento advindos do resultado da Primeira Guerra Mundial, da punição por meio de Tratados e Acordos como o de Versalhes e da Crise de 1929, cabe entender como um

indivíduo pôde ascender tão rapidamente e com tanto poder fundamentado no apoio voluntário das massas.

Assim, é de suma importância apresentar o conceito de Weber (1921) sobre os três tipos de dominação legítima. Há a dominação legal, a tradicional e a carismática, sendo a última a mais importante para compreender o papel de um líder nos rumos que pode tomar a nação e na definição de seu futuro. Na Dominação Carismática, é dada relevante importância para o papel do carisma – qualidade extraordinária que desperta e provoca nos adeptos entusiasmo e lealdade aos dizeres e mandos do líder. Neste tipo de dominação legítima, é visto uma forma de salvação nas qualidades deste a única e melhor alternativa para sair da depressão econômica e sócio-política que se encontra uma nação.

Trazendo esta definição para o contexto de ascensão de Hitler, é visto nele um líder com grande habilidade de oratória. Ele instiga as massas e, com a sua atração pessoal e suas ações irracionais e apaixonadas em prol de um nacionalismo, visa elevar a Alemanha como grande potência em um contexto que legitima a dominação carismática. Devido ao cenário político e econômico de crise pós-guerra, a população fica mais suscetível à sujeição de tais figuras carismáticas, seguindo todas as suas políticas voluntariamente e as apoiando.

Além do destacado acima, cabe colocar que o cenário em que se fundamentam as raízes da consciência nacional, estabelecida definitivamente pelos românticos após a derrota da Prússia, em 1806, pelas tropas napoleônicas, já constroem bases sólidas para o que mais tarde será considerado o nacionalismo violento e excludente que instaura o autoritarismo alemão no governo de Hitler.

4. Antissemitismo: fator permanente ou construção dada às circunstâncias?

4.1 As origens do Antissemitismo: uma multiplicidade de visões

Como início do que tratará este capítulo, esta seção terá como foco abordar as concepções históricas de alguns autores sobre o surgimento do antissemitismo na Alemanha. Será feito um breve contraponto com relação aos autores que acreditam que o antissemitismo que levou ao genocídio judeu é fruto de uma construção histórica que sempre excluiu estes, e aqueles autores que colocam que só houve um antissemitismo capaz de provocar uma violência tal como a do Holocausto quando despontaram circunstância políticas, econômicas e sociais que o favorecessem como tal no constructo histórico da Alemanha anterior e durante o regime ditatorial de Hitler.

Com relação à visão de que o antissemitismo e o consequente Holocausto nazista não possuíam ligação tão profunda com a construção histórica do antissemitismo alemão, tem-se o argumento de Eva Reichmann, apresentado por Marrus (1982). Segundo esta autora, as causas que levaram ao extremismo e à profunda violência contra os judeus surgem no momento em que se dão várias crises na Alemanha posteriormente à Primeira Guerra Mundial (MARRUS, 1982). Isto cria um ambiente propício para se tentar achar culpados pela crise econômica, política e social que passa a Alemanha pós-guerra, onde os nazistas se aproveitaram para inculcar no povo alemão a ideia de que a culpa pela desgraça da nação estava nas atitudes dos judeus, que dominavam e mandavam no mercado de acordo com sua vontade (PEREIRA, 2013).

Ainda no contexto apresentado no parágrafo acima, é interessante colocar que há teses que propõem que os atos cometidos no Terceiro Reich, fundados em premissas antissemitas, foram largamente frutos da manipulação que os nazistas exerceram por meio de suas propagandas de ódio aos judeus, ao invés de se voltar para uma análise onde a construção do sentimento do povo alemão com relação aos judeus desde os primórdios da formulação da identidade nacional alemã tem igual influência nas práticas e políticas antissemitas (KATER, 1984). Pereira (2013), neste viés, observa o que William Sheridan Allen (2014) coloca sobre como os indivíduos foram atraídos pelo antissemitismo, onde sua hipótese credita o fato ao motivo de que era porque eles estavam atraídos pelo nazismo.

Outra análise importante que situa o nazi-antissemitismo em um ponto contextual específico é a argumentação de Heilbrunner (2004). Para este autor, a Alemanha não era antissemita antes da Primeira Guerra Mundial, havendo ódio local e esporádico que servia à

luta de certos grupos sociais. Foi só a partir da Primeira Guerra que o antissemitismo alemão dá sinais de surgimento como fenômeno que passa a ser nacional, sendo o período que vai de 1916 a 1924 o momento em que os entraves políticos, econômicos, psicológicos e sociais levam a ascensão do antissemitismo de massa (HEILBRONNER, 2004). Portanto, para este autor, são as condições do pós-guerra e a crise da República de Weimar que irão refletir na radicalização e politização social que verá os judeus como inimigos ideológicos. O povo não votou nos nazistas por eles serem antissemitas, mas pela crença de que este partido poderia tirar os alemães da fome, miséria e desemprego, retornando-lhes o orgulho que lhes era de direito.

Já com relação aos autores que acreditavam que o antissemitismo sempre esteve presente na história da Alemanha e também na história dos outros países da Europa, há aqueles que divergem quanto à homogeneidade e voracidade do antissemitismo da forma como se sucedeu na Alemanha – antissemitismo este que leva ao genocídio de um povo que só foi destruído de tal maneira por causa da construção ideológica de Hitler como sendo este um inimigo.

Neste viés, cabe citar Goldhagen (*apud* BERTONHA, 1999) que se apoia em uma visão extremada que acreditava que o antissemitismo alemão do modo que se deu⁵ já estava desenvolvido antes mesmo do nazismo se instaurar, apresentando-se desde o século XIX. Portanto, para Goldhagen, o regime ditatorial de Hitler não teria sido o genitor do ódio aos judeus, mas oportunamente usou do antissemitismo histórico alemão para levar a diante seu projeto de eliminação do inimigo judeu (BERTONHA, 1999).

A visão de Goldhagen é bastante criticada no meio acadêmico, já que não se pode supor que este repúdio aos judeus era homogêneo na sociedade alemã e que já se apresentava de tal forma genocida que só serviu de base para os projetos nazistas serem implementados (BERTONHA, 1999). O que se pode extrair da análise das origens do antissemitismo deste autor e que parece verídico é que de fato existiu uma base cultural e identitária na Alemanha que facilitou o antissemitismo nazista com seu projeto de extermínio, mas que em momento algum pode se supor que este era por natureza genocida, homogêneo e generalizado (BERTONHA, 1999).

Browning (*apud* GUTERMAN, 2013) irá se opor à tese do antissemitismo eliminacionista de Goldhagen, onde tentará colocar que o nazismo contou com a não-negação do povo alemão com relação a suas políticas antissemitas, mas que este repúdio aos judeus

⁵ Extremamente violento, perseguidor, e com a necessidade contínua de se exterminar judeus a todo o custo, eliminando as falhas de sua raça da construção idealizada de raça pura ariana alemã.

não era característica única da Alemanha capaz de prever o genocídio e que não haveria somente um tipo de antissemitismo presente na Alemanha (GUTERMAN, 2013).

Continuando a expor argumentos de autores que acreditam que o antissemitismo alemão esteve presente muito antes da ascensão de Hitler e de seu partido nazista, cabe considerar que a aversão aos judeus se deu continuamente na história alemã, estando presente no âmbito social, econômico e político (KATER, 1984). A violência, às vezes velada, às vezes aberta, contra os judeus só foram possíveis, segundo Kater (1984), porque havia na sociedade alemã uma tradição antissemita e que esta foi deliberadamente aumentada por Hitler por meio de suas políticas que, durante a ditadura, extinguiu os direitos civis dos judeus e relegaram-nos a uma situação de indigência.

Neste sentido, já é possível perceber que há uma relação entre passado histórico e conjuntura que possibilita o surgimento da ideia de extermínio e limpeza racial por meio da morte dos judeus. Com base nesta afirmação, é possível observar tal fator também na conclusão de Holborn (1964), em que o antissemitismo já estava presente em toda a Europa, entretanto este não visava exterminá-los, mas tão somente tirar-lhes direitos e humilhá-los. O que alçou à ideia do povo a cogitação de extermínio por meio do genocídio foi o nacional-socialismo de Hitler, que irá cometer atrocidades e crimes dificilmente vistos na história moderna.

Ao trazer outra argumentação que elenca um caráter histórico do antissemitismo, tem-se Greenfeld (1992). Para a autora, o antissemitismo alemão nasce com a consciência nacional e se transforma de uma perseguição apenas religiosa para uma perseguição quase que exclusivamente racial. Além disso, Greenfeld (1992) coloca que é graças as condições e elementos presentes no momento da construção da identidade nacional que o Holocausto e o nazi-antissemitismo serão possíveis.

Já com relação ao que propõe Hannah Arendt (2013), percebe-se que é preciso ir mais a fundo e mais distante na história para se buscar as sementes do antissemitismo como um todo. Para Arendt (2013), a relação entre os judeus e os gentios e a autopercepção judaica já são capazes de moldar as diferenças entre aqueles e estes. Neste viés, é durante os séculos XV e XVI que os judeus começam a pensar que a diferença que é percebida entre eles e os outros povos tem bases étnicas, o que virá a ser considerado condição favorável ao nascimento do antissemitismo (ARENDR, 2013).

O que é observado também é que o anti-judaísmo, por si só, nunca foi uma pauta de extrema importância e capaz de moldar todo o cenário político, sendo elevada a tal

importância somente quando se combina com questões políticas mais importantes (ARENDR, 2013) – o que pode ser observado no contexto de crise econômica e política pelo qual passou a Alemanha nos anos que antecederam a ascensão de Hitler ao poder.

Quanto ao surgimento do antissemitismo alemão, Hannah Arendt (2013) coloca que o argumento político anti-judaico – que trouxe à tona a violência incomparável aos judeus que já vinha sendo construída desde a formação do Estado-nação – se fortificou nos últimos anos do século XIX quando milhares de escândalos financeiros envolvendo agentes políticos, a classe média, a aristocracia e alguns judeus se tornaram públicos. Estes escândalos geraram ódio social e econômico, que pavimentou a construção antissemita baseada na brutalidade e violência.

Ao fazer um breve comparativo entre Hannah Arendt (2013) e Liah Greenfeld (1992), o que se observa é que esta vê o antissemitismo alemão como fruto da construção da consciência nacional alemã, ao passo que aquela traz que o antissemitismo surgiu porque os judeus emancipados, após a formação do Estado-nação e da criação do conceito de igualdade, ainda formavam um corpo político que estava separado dos demais e não se inseriam em classe alguma, o que gerava sentimentos de desconfiança e ódio, pois se acreditava que os judeus estariam elaborando um plano para destruir a Alemanha.

Por fim, com o objetivo de mostrar que o antissemitismo já estava presente na Alemanha e não era exclusivo desta e que a contextualização histórica é de suma importância para entender como um antissemitismo que não visava ao extermínio passou, no regime ditatorial de Hitler, para uma política sistemática e genocida de exclusão dos judeus, cabe trazer o artigo de Marrus (1982). Para este autor, as contingências devem ser analisadas, já que nem todo racismo ou antissemitismo irá levar linearmente a catástrofes como a do Holocausto. As circunstâncias históricas realmente importam e levam a diversos resultados diferentes (MARRUS, 1982).

O antissemitismo não era algo que sempre esteve no centro das atenções e pensamentos da população alemã. O que se tinha era um leve desconforto ou não aceitação dos judeus, o que levava à formação de grupos que se excluía por não perseguirem a mesma visão de mundo, mas não havia a ideia generalizada de extermínio. É fato que o antissemitismo sempre esteve presente – em níveis e graus diferentes –, mas o que parece ser fator condicionante a explosão de ódio aos judeus na sociedade europeia moderna, de acordo com Marrus (1982) são os momentos de instabilidade nacional que irão levar à busca de alguém para colocar a culpa das mazelas nacionais. Nesta visão, os judeus eram colocados

como indivíduos que minavam a unidade nacional (MARRUS, 1982), que se aproveitavam da riqueza enquanto a população sofria.

Uma relação consistente que faz Marrus (1982) sobre a importância não só do já existente sentimento antissemita em alguns indivíduos e classes da Alemanha como também dá a devida importância às contingências históricas do momento que o nazismo e sua ode ao anti-judaísmo surgem é a de que o nazi-antissemitismo só foi capaz de surgir a partir do colapso econômico, social e político da Alemanha pós-primeira guerra e da já enfraquecida República de Weimar e da Crise de 1929. Para Marrus (1982), sem essa crise, os antissemitas fanáticos que pregavam a violência só seriam porta-vozes do ódio de maneira esparsa, expondo que até Hitler não levou em consideração inflar o antissemitismo como ferramenta de mobilização durante a estabilidade alemã.

A partir das exposições feitas acima, o que cabe colocar é que o repúdio aos judeus sempre foi fator presente na história da Europa, mas o que o torna diferenciado no caso da Alemanha é que o antissemitismo se voltou para a exterminação judaica devido ao fato de um grupo – os nazistas e Hitler – ter acendido ao poder e estar disposto a aplicar todos os horrores frutos de uma construção ideológica que atacava os judeus (BERTONHA, 1999).

Além disso, não só o sentimento antissemita incutido na população foi importante, mas também a manipulação deste por Hitler, que se aproveitou do contexto histórico de decadência econômica e política da Alemanha. Isto foi essencial para levar ao genocídio e ao Holocausto nazista. Não foi Hitler que criou o antissemitismo, já que este já estava presente em grande parte da Europa, mas foi ele que direcionou o preconceito aos judeus para um programa maior de violência e prática de crimes contra este povo para suprir o seu conceito ideológico de judeus como raça inferior e perigo para a unidade nacional alemã. Portanto, não é cabível delimitar o surgimento do nazi-antissemitismo somente a pontos históricos específicos, como também não explica completamente basear-se somente na contínua presença histórica do antissemitismo na sociedade alemã.

4.2 *Relação Estado-nação e Antissemitismo na visão de Hannah Arendt*

É interessante perceber qual a relação entre antissemitismo e Estado-nação proposta por Arendt (2013), já que para a autora é esta relação e a confusão entre os judeus e o Estado que irá favorecer o sentimento de ódio e o surgimento do antissemitismo alemão, pois toda classe que entrava em confronto com o Estado acabava saindo do conflito com um sentimento antissemita, visto que quem financiava as atividades estatais eram alguns judeus.

No momento em que surge o Estado-nação, surge também o elemento da igualdade, princípio basilar para a construção de uma nova ordem jurídico-política estatal. Com isso, faz-se necessário dar igualdade aos judeus, até então excluídos da sociedade e marginalizados como grupo que não se encaixa em lugar algum, sendo também conhecidos como nação dentro da nação (ARENDDT, 2013). Ao mesmo tempo em que surge uma nova forma de organização estatal, surge a necessidade de crédito para a máquina política. No entanto, nenhuma classe estava disposta a financiar o Estado sendo que, com isso, o Estado recorre ao financiamento de alguns judeus, únicos dispostos a investir capital na máquina estatal (ARENDDT, 2013).

Com o investimento judaico no Estado, este passa a ter interesse na não assimilação dos judeus, visto que havia o temor destes serem afetados pela visão dos outros grupos que não achavam interessante investir no Estado (ARENDDT, 2013). Entretanto, não era só o Estado que tinha interesse na manutenção da não assimilação, visto que alguns judeus também não desejavam a assimilação como forma de manter a coesão e os privilégios dados a eles. Portanto, o que se percebe é que tanto o Estado quanto alguns judeus tinham interesse em manter a percepção de que estes eram um grupo que não formava uma classe nem pertenciam a uma (ARENDDT, 2013).

Aos judeus era creditada a fama de serem internacionais, não se importando com a política nacional do país onde viviam. Isto tomou força com a imagem passada pela família Rotchschild, financiadora importante de vários negócios em diversos países, além de demonstrar a importância que se era dada ao sangue e a família entre os judeus (ARENDDT, 2013). Tudo isto culminou na ideia de que os judeus não poderiam ser nacionalistas, já que a família vinha em primeiro lugar, por isso continuaram a ser percebidos como uma nação dentro de uma nação.

Outro ponto observado por Hannah Arendt (2013) que se refere ao crescimento do antissemitismo foi quando se deu o advento da crise do Estado-nação. Em um primeiro momento, os judeus financiavam o Estado e não encontravam oposições a isto, já que a burguesia não tinha interesse em investir em atividades estatais. Mas com o surgimento do Imperialismo, há um aumento da competição e os judeus acabam perdendo o monopólio nos negócios estatais.

Já com a Primeira Guerra Mundial, a Europa passa por um momento em que não há união entre as nações europeias e o elemento intereuropeu judeu passa a ser odiado, principalmente pelo fator antinacional e porque estes perderam o poder, sendo a sua riqueza

inútil, o que apresenta um empecilho para o desenvolvimento de uma classe média (ARENDR, 2013). Como o anti-judaísmo só passa a ser importante quando entra em conflito com algum interesse político, esse impedimento do uso da riqueza para fatores que favorecessem o surgimento da classe média acaba por trazer à tona o antissemitismo.

Por fim, com a instituição do Reich em 1870 e a crise em 1873, a antipatia antiestatal aumenta significativamente entre os alemães e, como os judeus eram identificados com o Estado, foi inevitável a relação entre estes e todos os problemas pelos quais passava a nação alemã (ARENDR, 2013). Portanto, pode-se dizer que a ligação entre o Estado e os judeus favoreceu um sentimento antissemita, visto que todo grupo que entrava em desacordo com o Estado acabava se tornando antissemita, frente à identificação que o Estado equivalia aos judeus.

Quanto aos motivos da ideologia nazista ter girado em torno do antissemitismo, Hannah Arendt (2013) propõe que há diversas explicações que alguns adotam para explicar o elemento antissemita do nazismo. A primeira explicação é a de que a ideologia nazista focalizou o antissemitismo por um acaso, só como um pretexto para conquistar as massas. Esta é a teoria que Arendt (2013) chama de Teoria do Bode Expiatório. Entretanto adotar essa perspectiva é um erro visto que a ideologia nazista já dava atenção ao antissemitismo como forma de utilizar os judeus para a sua campanha do terror, com vistas a governar as massas. Portanto os judeus não foram escolhidos por acaso e sim porque a política do terror nazista precisava escolher uma vítima, que mesmo que inocente, pudesse inflar o ódio nas massas.

A segunda teoria apresentada por Arendt (2013) é a de que o antissemitismo seria relacionado com o nacionalismo e a sua conseqüente xenofobia, o que a autora acredita não ser verídico, visto que o antissemitismo dito moderno – racial – aumenta conforme declinava o que Arendt (2013) chama de nacionalismo tradicional. Uma terceira teoria seria aquela associada ao eterno antissemitismo, onde o ódio aos judeus era explicado por ser uma reação natural que se manifesta de modo circunstancial conforme determinados momentos históricos se delineiam (ARENDR, 2013).

A partir destas teorias, Arendt (2013) coloca que o antissemitismo moderno não deve ser distanciado da estrutura de desenvolvimento do Estado-nação, visto que a relação entre a formação do Estado-nação e os judeus pode ser fonte de uma explicação mais plausível do crescimento do antissemitismo entre as diversas classes.

4.3 *Antissemitismo e nacionalismo*

Nesta seção, o que se busca é demonstrar que na construção de uma identidade nacional, é possível que haja a exclusão de grupos que não são identificados como pertencentes a uma comunidade que deva integrar o conceito de nação. Portanto a formação da identidade nacional pode sim levar a exclusão de grupos. Neste contexto cabe ponderar se o antissemitismo pode ter sido fruto também da formulação de uma identidade nacional alemã.

Na visão de Greenfeld (1992) o antissemitismo alemão baseado na ideia de raça nasce no momento da construção da identidade nacional. Isto se deve ao fato da influência exercida pelos românticos nacionalistas e pelos intelectuais pieta-românticos, onde a contribuição dos primeiros se deu com a construção da ideia de racismo e separação entre judeus e alemães e a contribuição dos segundos se deu devido à construção de um antissemitismo voltado muito mais para a diferença de raça que a de religião, construindo um ódio à raça judaica.

Além disso, ao se elaborar a consciência nacional alemã que renegava tudo o que vinha do Oeste e o que descendia da era do Iluminismo, os intelectuais alemães encontraram nos judeus o símbolo do Oeste⁶ e depositários de todo o ressentimento que os nacionalistas alemães sentiam pelo atraso e pelos infortúnios pelos quais passava a Alemanha (GREENFELD, 1992). Os judeus foram então construídos como a encarnação do cosmopolitismo⁷, sendo vistos como materialistas e que davam muito valor ao poder do dinheiro.

O que se observa é que os intelectuais alemães viram nos judeus a representação de valores que não eram germânicos, e, por isso, definiram estes como uma raça “alienígena” que se identificava com o ocidente, encarnando todo o mal e os valores que se opunha aos dos alemães nacionais (GREENFELD, 1992). Isso vai ser combustível para aumentar a ferocidade e a violência do antissemitismo alemão, que irá levar, posteriormente, ao Holocausto.

Portanto, o que Greenfeld (1992) observa é que a identidade nacional alemã – baseada no conceito de raça e no ressentimento a tudo o que vinha do Oeste – viu nos judeus, perseguidos e odiados muito antes do sentimento antissemita devido a sentimentos cristão e religiosos, um conveniente grupo para se colocar a culpa pelos infortúnios da nação, tornando o antissemitismo um elemento central da identidade nacional alemã.

⁶ Oeste e ocidente são usados como sinônimos para fins deste trabalho.

⁷ Segundo Dicionário Michaelis, cosmopolitismo é “uma tendência a observar o estilo de vida dos grandes centros urbanos do mundo, demonstrando interesse e afeição pelo que vem destes centros” ou “Doutrina que prega a universalidade e a extinção das fronteiras nacionais, alegando que a pátria de todos os homens é o Universo”.

Segundo Pereira (2013), o nacionalismo foi bastante importante para dar continuidade a uma linha de exclusão de minorias e isto teria sido importante para a formação da visão que os alemães tinham dos judeus. Como colocado em seções iniciais, a identidade nacional alemã precisou ser construída por meio de transvaloração de valores que vinham de fora e também, neste sentido, os românticos buscaram nas comunidades ancestrais germânicas a língua, a cultura e a raça como dignificadoras de um povo único e superior que estabeleceria critérios de nacionalidade e de pertencimento.

A construção da Alemanha implicou na formulação de características que eram comuns e que excluía parte dos indivíduos que ocupavam o território alemão na época e essa ideia de exclusão das minorias levou à construção da “germanização” (PEREIRA, 2013). Neste contexto, Pereira (2013) expõe que teorias como a da Eugenia se difundem e acabam por hierarquizar ainda mais a população e excluir os judeus como os “outros”, aqueles que não fazem parte da nação alemã.

Outro fator que advém da ideia da germanização e também dos estereótipos construídos acerca dos judeus seria a noção de que estes se compunham como uma “nação dentro da nação” (PEREIRA, 2013), isto porque eles não pertenceriam à nação, não seriam alemães legítimos e estariam ali para romper com a unidade nacional. Além disso, tomando o conceito de germanidade, Hitler irá formular a raça judaica como aquela que nega tudo o que é característico da raça germânica ariana, levando à construção de uma unidade que deve se voltar em prol do inimigo comum, os judeus (PEREIRA, 2013). O antissemitismo, para Hitler, passa a ser um fator de cooptação e coesão ideológica que se moverá até seu ápice, o da catástrofe do Holocausto (PEREIRA, 2013).

Mediante o exposto acima, conclui-se que a formação da identidade nacional pode favorecer a exclusão de grupos. No caso da Alemanha, o antissemitismo esteve presente, mesmo que de forma heterogênea e graduada quanto a sua atuação nos rumos que a sociedade levou, por isso, não cabe aqui dizer que o antissemitismo da forma que foi aplicado no nazismo sempre esteve presente, mas que Hitler utilizou habilmente deste antissemitismo presente não só na Alemanha, como na Europa desde tempos remotos, para perseguir seus interesses políticos.

Entretanto, deve-se tomar cuidado ao supor que foi Hitler que manipulou as massas para aceitarem os horrores contra os judeus, visto à probabilidade da população em parte já saber da perseguição e já apoiar o antissemitismo que se realizava contra os judeus. Além disso, apesar de se preocupar com outros problemas, a população acabou por aceitar

tacitamente grande parte dos horrores realizados, seja por desconhecimento, seja por medo de ir contra o partido Nazista e o *Führer*.

4.4 O Antissemitismo no regime nazista: a intensificação do ódio, a ideologia propagandística e a legalização do genocídio

Como apresentado na seção anterior, o antissemitismo sempre esteve presente na história europeia. No entanto, é impossível pensar que esse tipo de ódio direcionado aos judeus era homogêneo e universal. O antissemitismo participou da construção da identidade nacional alemã, assim como participou da construção das identidades de outros países europeus, visto que a construção da própria identificação precisa de elementos que se contraponham àquilo que não é nacional. A intensidade da exclusão e a busca de um inimigo que seria a causa das dificuldades contextuais pelas quais uma nação passava era reforçada em cenários de crise. E é aqui que o antissemitismo toma a forma de política de exterminação no Nazismo.

O contexto de crise pós-Primeira Guerra Mundial, aliada ao discurso de que os judeus seriam uma “nação dentro de uma nação” (PEREIRA, 2013, p. 16) imbuída de corromper e destruir a raça ariana superior reforçou o repúdio já presente, só que em menor escala e mais localizado. Houve, assim, uma intensificação do ódio contra uma categoria que deixou de ser religiosa e passou a ser racial. Os judeus se tornaram uma raça justificável de ser exterminada politicamente, economicamente, psicologicamente e socialmente. Essa raça era a grande responsável pelas dificuldades enfrentadas pela Alemanha, sendo esse o discurso de Hitler e do partido nazista. Junto a ela, outras categorias ditas inferiores, como os comunistas, precisavam ser eliminadas para que o povo germânico atingisse seu auge.

Os judeus eram vistos como inimigos ideológicos (HEILBRONNER, 2004), e justamente por isso a perseguição desse povo era justificada. A partir desse ideário, construiu-se todo um aparato e uma ideologia que instaurou na população considerada alemã, ou seja, aqueles arianos puros não-judeus, o ódio e o abandono daquilo que seria moralmente correto. A estrutura estatal voltou-se para a incitação do ódio e a consequente justificativa para a limpeza racial que a Alemanha deveria se submeter. Neste viés, foram promulgadas normas que tornavam pragmaticamente legais a exclusão dos direitos civis dos judeus e construiu-se todo um aparato propagandístico em torno da visão do judeu como mal, impuro, sujo, conspirador e elemento do insucesso da nação alemã.

A perseguição aos judeus e o subsequente genocídio praticado durante o regime nazista deveu-se a uma inversão ideológica da própria nação alemã. Mediante tal observação, Guterman (2013) enxerga no nazismo uma inversão moral da população, que passou a aceitar e a participar da ideia de extermínio de um grupo que não podia ser aceito na sociedade alemã por ser ele o grande responsável pelo caos em que a Alemanha estava imersa. A partir dessa inversão moral:

O nazismo transformou a consciência, aquela que estrutura a moral, num conjunto externo ao indivíduo e mesmo independente dele. O nazismo se apresentou ele mesmo como a consciência moral da sociedade, a partir da qual todos deviam agir eliminando a culpa por atos que seriam considerados criminosos segundo o conjunto de valores que o Terceiro Reich tratou de destruir (GUTERMAN, 2013, p. 15).

A ideia de que a moral como um sistema de costumes que serviria a favor das necessidades presentes naquele momento deveria ser a responsável por apoiar a trilha ao sucesso que o povo alemão seguiria facilitou a implantação, a partir da manipulação da mídia e a instauração de uma ideologia basicamente guiada por um líder absoluto e autoritário cheio de razão sobre todas as coisas, de um regime autoritário e cheio de barbárie não só justificável como interpretada como o correto a ser feito.

Sendo assim, como o sucesso e ascensão da raça ariana superior e dominante dependia da eliminação das raças que impediam essa ascensão, ficou fácil justificar moralmente o confronto contra os judeus e outras classificações criadas pelos nazistas. Esse confronto, segundo Guterman (2013), é de suma importância para entender o processo de inversão moral.

Nessa perspectiva, é válido abordar como a imagem dos judeus foi construída pelo regime nazista e como essa ideologia se tornou tão forte a ponto de cegar aqueles que praticavam o mal contra os judeus em favor de um regime cheio de leis que atentavam contra a ideia de se tratar de seres humanos, antes mesmo do que qualquer classificação feita. Nesse ponto, a ideologia de um líder forte e capaz de guiar o povo contra o mal e em direção ao sucesso tornou-se importante no caminho trilhado, principalmente pelo reforço do antissemitismo a partir da propaganda, da lei e de políticas voltadas à privação de direitos dos judeus.

Aqui, vale dizer que a ideologia nazista construída levava a uma exclusão nunca antes vista dos judeus. A ideologia que permeava o tecido social tinha como um de seus elementos centrais a ideia de que a vida consistia na batalha pelo domínio e, conseqüentemente, pela

sobrevivência (HOLBORN, 1964). Diante dessa concepção, a raça tornou-se item central, principalmente porque é justamente a ideia de raça que vai ditar a superioridade do povo germânico em contraponto com os impuros, povos racialmente inferiores e que deveriam ser eliminados para que a raça ariana pudesse conquistar o seu espaço por direito.

A ideia de superioridade depende necessariamente de algo que represente a inferioridade, o binarismo reforçado pelo regime nazista. Este, vendo os judeus como a imagem daquilo que seria a inferioridade, personificou nestes o inimigo contra o qual a raça ariana deveria se voltar contra. O antissemitismo deixa de predominar no campo religioso (PEREIRA, 2013) e expande o seu conceito para a arena política, econômica e até mesmo psicológica, tudo isso guiado pela ideologia nazista. Os judeus passaram a ser padronizados como um povo que detinha um plano de dominação para o mundo no âmbito econômico, sendo eles os responsáveis pela variação de preços e pela posse dos materiais utilizados nas indústrias (PEREIRA, 2013).

O judeu passa a ser o desvio moral do povo germânico e, assim, ele mesmo é excluído da germanidade, segundo observado por Pereira (2013). A imagem formulada pelo nazismo sobre os judeus reforçou e nacionalizou aquele antissemitismo que já existia na Alemanha, elevando-o a um caráter muito mais destrutivo e que era justificável, pois só o extermínio de um povo moralmente desviado e conspirador era capaz de elevar a raça ariana. A imagem de conspirador contra o sistema alemão e a de um parasita era reforçada através das propagandas do regime nazista, propiciando o surgimento de um inimigo comum (PEREIRA, 2013).

Greenfeld (1992) coloca que o antissemitismo racial do regime nazista é fruto dos patriotas românticos do período da elaboração da consciência nacional e que Hitler bebe diretamente das fontes destes intelectuais, visto que durante a ditadura de Hitler há uma exaltação à violência e à morte, o que aliado ao racismo, à ideia de que existe uma raça que encarna o mal – os judeus – e à brutalidade, fornece o combustível necessário para que a Alemanha possa fazer surgir o Hitler e sua política antissemita que levará a um dos maiores genocídios da humanidade.

Ao abordar a perspectiva da força que a propaganda no regime nazista teve, é possível observar que ela, como uma forma de expansão midiática de conceitos que muito se encaixavam na intenção de Hitler em tornar os judeus, junto a outras categorias, alvo da destruição, instaurou uma nova categoria de ódio voltada à população judaica. A propaganda reforçou e expandiu o antissemitismo entre a população germânica.

Nesse sentido, “as manifestações de antissemitismo no Terceiro Reich foram o resultado largamente das manipulações dos políticos nazistas, ao invés da reflexão do verdadeiro sentimento do povo alemão” (KATER, 1984, p. 129). Arendt (2013) menciona que os slogans antissemitas produzidos durante a ditadura de Hitler são altamente mobilizadores da população, de modo que tais publicidades visam ajustar o ódio de grande parte da população ao grupo de judeus, mostrando que este é a causa de todos os problemas alemães.

O antissemitismo estava presente na Alemanha, porém a propaganda de ódio aos judeus foi feita de tal modo que a população judaica ficou muito mal vista em todas as esferas. A ideia de que os judeus monopolizavam o comércio, eram imorais, impuros e visavam à exploração do povo germânico foi disseminada pela propaganda nazista, ideologicamente permeada pela noção de raça ariana superior. A propaganda, com os seus cartazes carregados de significação, propagaram o que estava presente nas ideias de Hitler e do partido nazista.

A construção do ideário nazista para a destruição da sociedade democrática não se deu apenas por fatores circunstanciais, muito menos psicológicos. Ela se deu, sobretudo, pela estimulação de parte considerável da sociedade alemã e de seus associados por meio da propaganda e do terror, a aceitar a violência e o fim das liberdades como instrumentos legítimos, se isso significasse superar seus impasses econômicos e sociais – reais e imaginários – e devolver o orgulho ferido por supostas humilhações internacionais (GUTERMAN, 2013, p. 29).

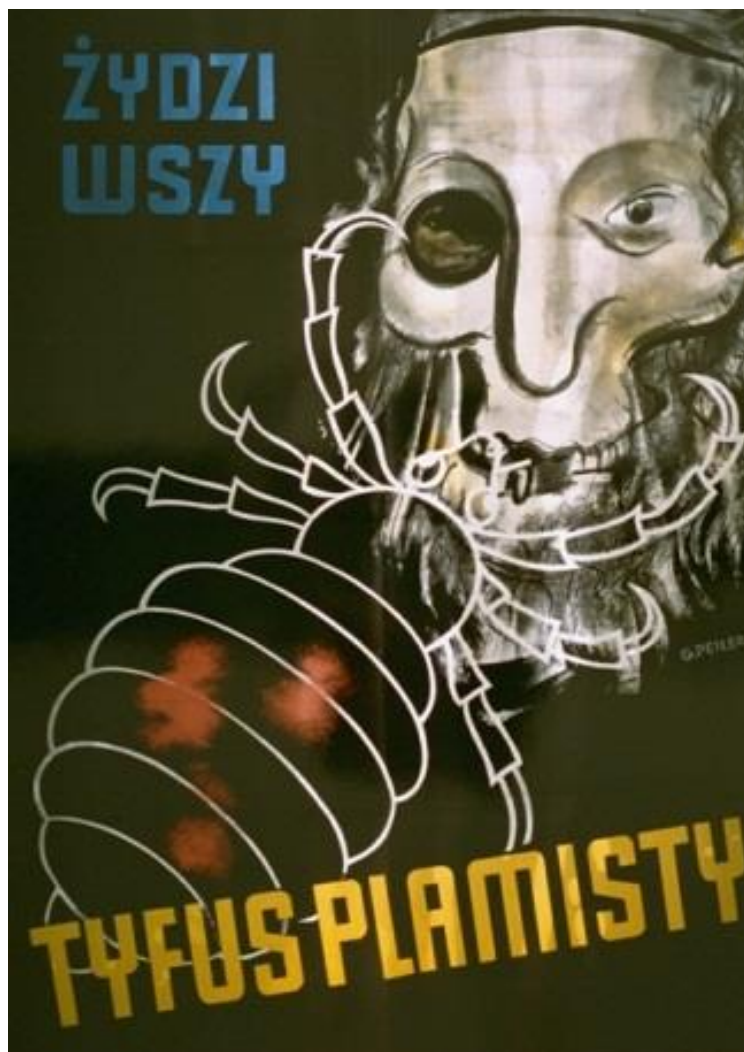
Figura 1- Quem está por trás das forças inimigas: O Judeu



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum

Na ilustração, é possível perceber que a propaganda nazista estava voltada para a construção de inimigos responsáveis pela corrupção da raça ariana superior. Os judeus, os comunistas e os Estados Unidos com o seu regime capitalista hegemônico seriam os principais alvos da política nazista, além de constituírem o alvo da nação alemã como uma forma de impedir a expansão do mal pelo mundo.

Figura 2 - Os judeus são como piolhos; eles causam tifo



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum

A ideia da propaganda nazista era causar temor, ódio e repulsa pelos judeus na nação alemã. Dessa forma, seria muito mais fácil justificar as políticas empenhadas pelo governo nazista. Percebe-se, então, o papel fundamental que a mídia teve no período nazista, tentando justificar em todas as esferas, inclusive na da saúde, como vista na imagem acima, que os judeus só trariam desgraça à raça ariana alemã.

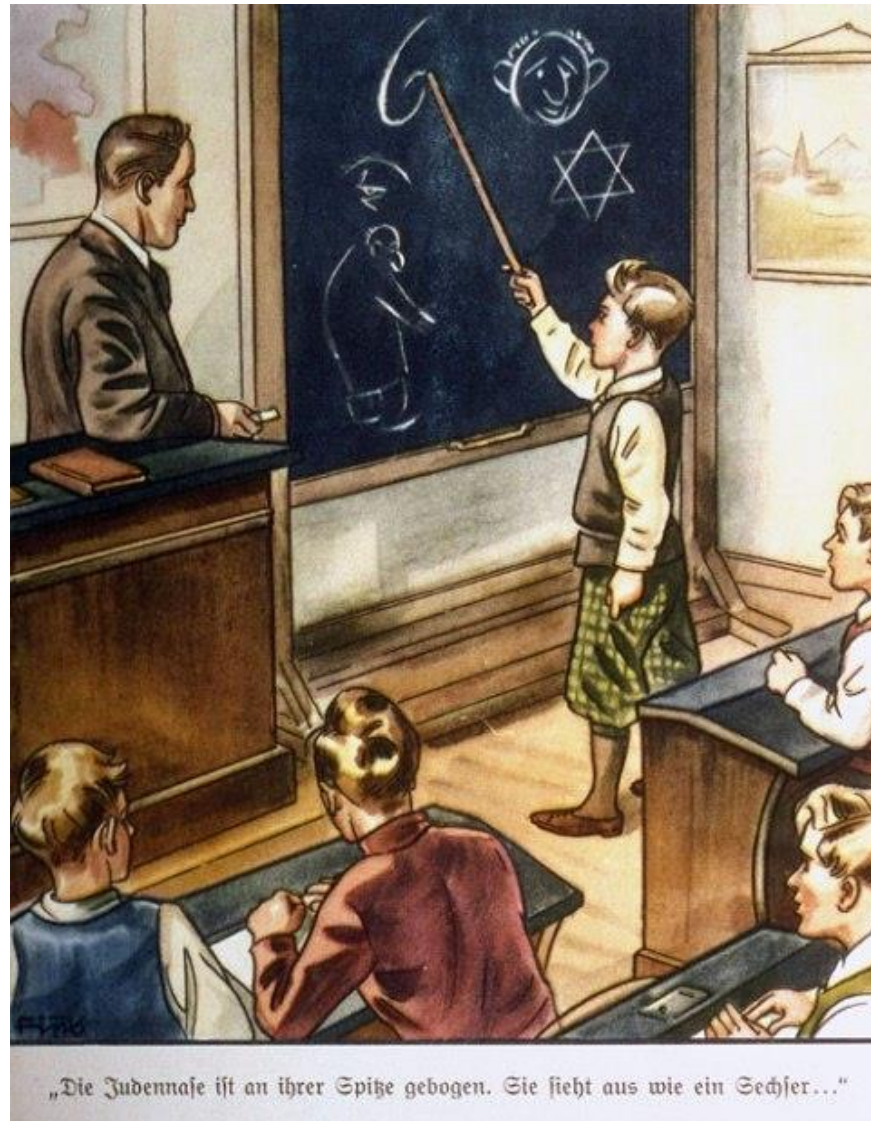
Figura 3 - Aviso na cabine telefônica em Munique proíbe judeus de usar o aparelho público



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum

A exclusão dos judeus da vida civil era de tal forma que eles eram privados de utilizarem o mesmo espaço que pessoas consideradas alemãs, excluídos dos serviços públicos, tanto do uso quanto dos cargos públicos. Cada vez mais havia uma desumanização do judeu no regime nazista. Isso era empregado contra os judeus, mas nada impedia que essa exclusão da vida social fosse empregada contra outra classe que ameaçasse a ascensão da raça ariana.

Figura 4 - O nariz dos judeus é entortado na ponta. Ele se parece com o número 6.



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum

A nazificação da cultura e da educação durante o Terceiro Reich foram brutais. Neste sentido, é possível citar o evento da Queima dos Livros, que buscava extinguir todos os pensamentos que pudessem subverter o povo contra os ditames do regime nazista. Além disso, o regime ditatorial de Hitler contava com grandes estruturas que buscavam determinar o desenvolvimento mental dos indivíduos, sendo a educação uma delas (SHIRER, 2008). Como pode se ver na imagem 4, os livros infantis e educacionais se prestavam ao papel de espalhar e consolidar o sentimento e a ideia de que judeus eram os causadores dos males e tanto nas salas de aula quanto fora delas, incutia-se na cabeça dos indivíduos desde o início de sua educação escolar o sentimento antissemita.

Um diferencial do regime nazista quanto ao antissemitismo, além da propaganda focada na desmoralização dos judeus, foi a legalização daquilo que pode ser entendido como a

desumanização dos judeus. Só no Nazismo o antissemitismo atingiu o patamar de exclusão dos judeus da categoria de ser humano, o que mais para frente no regime nazista, resultaria no grande genocídio que foi o Holocausto. Houve assim uma radicalização apoiada em leis, tornando o processo o mais legal possível de forma que não parecesse que aquilo que estava sendo feito era errado, no ponto de vista de ser contra as regras.

A legalização do antissemitismo e, conseqüentemente, a legalização do crime (GUTERMAN, 2013) se deu no contexto da crise por qual passava a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, ganhando força principalmente após a ascensão de Hitler ao poder, em 1933. A aceitação de tais normas que tiravam os direitos civis dos judeus, ou seja, retirava o direito de viver desse povo, foi dada à junção de elementos antissemitas já existentes no seio da população alemã, do caos social, econômico e político em que vivia a Alemanha na época e da força da propaganda implementada pelo regime nazista.

Quanto à legalização do antissemitismo, duas normas diferentes aprovadas em 1935 pelo regime nazista instrumentalizam o ódio contra os judeus. As Leis de Nuremberg, promulgadas por Hitler em 1935, traziam para a área do direito aquilo que era interpretada como o desejo da nação germânica – aqui interpretada novamente como aquela constituída de arianos puros. As Leis de Nuremberg eram constituídas de duas normas que visavam à exclusão dos judeus da categoria de cidadãos alemães e a proibição de se “misturar” com a raça superior.

A primeira refere-se à Lei de Cidadania do Reich, que definia quem era ou não alemão a partir dos laços de sangue. Aqui, definia-se a existência de uma raça judaica que poderia ser identificada pela genealogia do indivíduo, privando aqueles que nem mesmo se consideravam ou colocavam em prática tradições judaicas de direitos básicos e justificando a sua perseguição. O fato de estar no sangue ser judeu justifica a promulgação da segunda lei que integra as Leis de Nuremberg.

A segunda norma se refere à Lei de Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã, que proibia o relacionamento e o casamento entre judeus e não-judeus. Essa norma provava a noção do sangue impuro que os judeus carregavam consigo. Os judeus seriam os responsáveis por aliciar nobres jovens não-judias para proliferar a sua linhagem impura e destruir com a raça ariana superior, ideia esta muito presente no *Mein Kampf* (Minha Luta), livro escrito por Hitler enquanto estava na prisão (SHIRER, 2008). O extermínio dos judeus justificava-se mais uma vez em prol da limpeza racial e do impedimento à expansão de um povo conspirador e responsável pelas dificuldades alemãs da época.

Mediante o apresentado nessa seção, percebe-se que o Nazismo se mesclou aos mais diversos campos sociais e trouxe toda a força que uma ideologia bem construída pode ter em prol da aplicação de um programa política que visa um objetivo superior: a purificação da raça alemã e a ascensão ao posto mais alto do mundo da raça ariana, já considerada superior por Hitler. O antissemitismo constituiu um fator de coesão do regime nazista e a violência contra os judeus foi justificada formalmente pelo aparato normativo do Estado, junto ao aliciamento da população através dos mecanismos de propaganda e de discursos bem elaborados de um líder forte e absoluto. As circunstâncias do contexto entre-guerras, junto ao antissemitismo já incutido na história europeia facilitaram o desenrolar daquilo que seria o Holocausto.

5. Considerações finais

O estudo da formação da identidade nacional de um povo é de suma importância para se buscar respostas para certas ações e concepções que são levadas adiante pelos indivíduos. Assim, analisar o nacionalismo enquanto uma ideologia que busca defender e elevar os elementos identitários e a disseminação destes (ADAMEC,2015) é essencial para responder as perguntas propostas no início desta monografia. Com isso, após todas as análises e considerações realizadas durante a presente dissertação, cabe a esta seção buscar respostas para as perguntas apresentadas na introdução e que motivaram a pesquisa acerca do tema de identidade nacional e nazismo na Alemanha.

O primeiro questionamento a ser respondido é quanto à possibilidade de se encontrar traços da identidade nacional alemã do século XIX no nazismo. Para encontrar respostas para tal questão, foi necessário voltar às raízes da construção do nacionalismo alemão no século XIX, onde se observa que seu surgimento foi tardio em comparação com os outros países da Europa e que, segundo Greenfeld (1996), foi fundamentado basicamente em características culturais e no ressentimento do Iluminismo francês e inglês, que colocou padrões que seriam inalcançáveis para a Alemanha, expondo apenas as suas fraquezas.

Com isso, a identidade nacional alemã, desenvolvida principalmente pela classe intelectual da época, adotou como fundamento de sua criação a transvalorização de valores, onde se buscou negar e denegrir o padrão iluminista de igualdade, liberdade e soberania popular francês e inglês e valorizar as tradições, o solo e o povo alemão. A partir de então, o nacionalismo alemão se desenvolveria como uma forma de reação aos valores ditos ocidentais.

Os fundamentos presentes no momento da concepção da identidade nacional alemã, elaborados pelos intelectuais, utilizaram dois movimentos que foram de suma importância para a caracterização do nacionalismo alemão. O primeiro deles, de ordem religiosa, foi o Pietismo, que se caracterizava pela ode à emoção; pela necessidade de se preservar a diferença do povo alemão, pois a singularidade e o sangue puro – livre de miscigenação – seriam a representação da vontade divina; pela vontade voltada para interesses coletivos; e pela ideia de que os príncipes e governantes eram enviados por Deus e que estes deveriam ser obedecidos.

O segundo movimento que afetou de forma primordial a formação da identidade nacional alemã do século XIX foi o Romantismo. Dentre suas características que foram abraçadas pelos intelectuais alemães tem-se o desprezo ao racionalismo, já que este separa o homem da coletividade e destrói a organicidade e a sua unidade na comunidade. A impulsividade, a irracionalidade, a paixão, e a importância dada à coletividade e a necessidade de um nacionalismo que fosse representado por um Estado forte que amarrasse a comunidade também eram características primordiais do movimento romântico alemão.

A partir disto, o que se encontra como resposta para o primeiro questionamento é que Hitler e o nazismo beberam das construções identitárias elaboradas pela classe intelectual do século XIX. O coletivismo, o anti-individualismo, o racismo, a xenofobia e a liberdade do indivíduo presente apenas quando este estivesse em comunidade são fatores presentes tanto no nazismo quanto na formação da identidade nacional alemã.

Concepções de Hitler acerca de que apenas a Alemanha ariana estava destinada à superioridade e domínio dos demais povos remonta a concepção pietista da importância da singularidade alemã e do repúdio à miscigenação. A ideia de Estado tribal, onde a união era mantida pelos fatores relativos ao sangue e a terra também voltam nas ideias pieta-românticas da valorização da ancestralidade e de fatores que representam o verdadeiro povo alemão, como o camponês, a terra e a raça ariana. Portanto, o caráter coletivista-autoritário de espécie étnica da identidade nacional alemã pode ser um fator que influenciou o pensamento nazista.

A partir das considerações feitas para responder ao primeiro questionamento, o que se concluiu é que o nazismo e os ideais de Hitler se aproveitaram também da produção intelectual de séculos anteriores. O regime ditatorial de Hitler, usando as influências das ideias românticas e pietistas e, aliando estas às dificuldades políticas, econômicas e sociais do século XX, obteve êxito na implementação de seu plano de dominação e construção de uma nova Alemanha que se encaixasse nos padrões do regime nazista.

Outro questionamento proposto que descende do primeiro – já respondido acima – é: pode-se explicar o nazismo pela história da formação da identidade nacional alemã? A resposta para esta pergunta foge do viés determinista em que o início necessariamente irá levar a um fim já previsto e específico. Se assim fosse, o nazismo poderia ter sido previsto e evitado. A resposta para essa pergunta é: o contexto foi de suma importância para que Hitler assumisse o governo e implementasse suas ideias. Sem as crises econômicas – como a Crise

de 1929 –, políticas e sociais, talvez o regime nazista não teria achado espaço para ascender, mas quanto a aspectos históricos, esse tipo de especulação não deve ser feita sem os devidos cuidados.

O que se observa é que as dificuldades enfrentadas pela população alemã desde a primeira guerra e a República de Weimar tornou esta suscetível a ideias extremistas, principalmente às promessas de Hitler, que se comprometeu a tornar a Alemanha uma potência econômica e tirar a população da dificuldade. Entretanto, não se pretende retirar a importância da construção histórica da identidade nacional, pois os fatores desta estavam imbuídos nos alemães, o que facilitou o encanto pelas promessas de Hitler e tornou lógico o caminho que este queria seguir para tornar a Alemanha grande.

Portanto, a resposta acerca do segundo questionamento é a de que o nazismo não pode ser explicado apenas pela história da formação da identidade nacional alemã e que aquele seria consequência inevitável desta. O que se coloca é que a ideologia nazista – como conjunto lógico de ideias e normas de condutas prescritivas de pensamento e ação – foi baseada também nas circunstâncias políticas, sociais e econômicas que se apresentavam no século XX.

Por fim, a última pergunta que motivou a pesquisa acerca do tema é a seguinte: pode-se dizer que o Antissemitismo nazista que levou ao Holocausto é o mesmo já presente na Alemanha e na Europa quando do advento da formação da identidade nacional alemã? Esta pergunta é importante, pois é no momento da construção da identidade nacional que se delimita quais indivíduos farão ou não parte do povo.

Como colocado em seção específica, a presença do Antissemitismo na Europa é visto de diferentes formas, onde alguns autores defendem que este é fruto de uma construção histórica que sempre excluiu os judeus, presente antes mesmo do nazismo, e há outros que defendem que o Antissemitismo violento só se deu por causa de circunstâncias políticas, econômicas e sociais que o favorecessem como tal. Ou seja, o antissemitismo não seria, por natureza, genocida, homogêneo e generalizado, apesar de haver tradição antissemita. O que levou ao antissemitismo e ao holocausto na Alemanha seria então a manipulação nazista, que culpa os judeus pela crise.

Neste viés, buscou-se a visão de Greenfeld (1996) e Arendt (2013) sobre o antissemitismo alemão para responder à pergunta proposta. Para Greenfeld (1996), o

antisemitismo alemão tem caráter histórico. Este nasce com a consciência nacional e se transforma de uma perseguição religiosa para uma quase exclusivamente perseguição racial. Para esta autora, é graças às condições e elementos presentes no momento da construção do nacionalismo alemão que o Holocausto e o nazi-antisemitismo serão possíveis. Portanto, em uma visão mais determinista e histórica, Greenfeld (1996) coloca que o antisemitismo racial do regime nazista é fruto dos patriotas românticos do período de formulação da identidade nacional alemã. Hitler beberia diretamente desta fonte ao elaborar o seu plano de raça pura e eliminação de judeus.

Já na visão de Hannah Arendt (2013), para analisar o antisemitismo é preciso ir mais fundo e mais distante na história. Para ela, foi no século XV e XVI, quando há a percepção de que os judeus são diferenciados mais por seu caráter étnico do que religioso, é que se pavimentam as raízes do antisemitismo. O anti-judaísmo, para Arendt (2013) só é pauta importante quando mesclado com outros fatores de crise, ou seja, circunstâncias históricas afetam o modo como se coloca movimentos antisemitas. Portanto, na visão de Arendt (2013) acerca do nazi-antisemitismo, o que se conclui é que não é possível delimitar seu surgimento a pontos históricos específicos, assim como também este não se explica completamente ao basear-se somente na contínua presença histórica da sociedade alemã.

O crescimento do antisemitismo na Alemanha do século XX tem sido justificado de diversas formas por diferentes autores, mas uma vertente interessante para se analisar é a proposta por Hannah Arendt (2013), que busca a sua relação com o Estado-nação para responder o motivo do crescimento do ódio aos judeus. Como os judeus eram os principais financiadores do Estado Alemão enquanto nação, todos que entravam em conflito com o Estado acabavam se tornando antisemitas, já que havia uma confusão entre Estado e judeus.

Além disso, os judeus eram vistos como uma nação dentro de uma nação, pois não pertenciam a uma classe específica e sempre eram vistos como antinacionais, visto que se envolviam com negócios internacionais e nunca pareciam tomar parte de uma nação específica. Esta percepção dos alemães acerca dos judeus fez com que, no momento da formação da identidade nacional, os intelectuais vissem nos judeus o símbolo do Oeste e do Cosmopolitismo, tudo o que era mais odiado por eles no momento da construção do nacionalismo alemão e da germanização.

Esta repulsa aos judeus foi muito bem utilizada por Hitler e pelo Nazismo, pois no momento da crise, o regime construiu uma imagem negativa deste, tornando-os inimigos ideológicos e símbolo do desvio moral. O nazi-antissemitismo parece ter sido mais fruto da manipulação do regime que o sentimento da população. Isto foi reforçado pela propaganda e pela legalização da violência contra os judeus, exemplificada pelas Leis de Nuremberg.

A partir das considerações feitas acerca do antissemitismo, o que se encontra como resposta para a pergunta proposta é que o antissemitismo nazista que levou ao Holocausto não pode ser fundamentado exclusivamente na ideia de que ele já existia e era o mesmo quando do advento da formação da identidade nacional alemã. Considerando isto, o nazi-antissemitismo é muito mais violento e genocida que o antissemitismo europeu.

O nazismo usou do ódio aos judeus presente na Europa desde o início da Era Moderna para manipular e achar um culpado pela crise e pelas dificuldades da população alemã, tudo isto em prol de um projeto maior que buscava a raça pura. Portanto, o que se estava em xeque no nazi-antissemitismo de Hitler era muito mais uma questão racial do que religiosa. Os problemas de ordem econômica e social que supostamente os judeus traziam para Alemanha foram manipulações nazistas para justificar as ações de violência que levariam ao Holocausto.

A partir do exposto até então, conclui-se esta dissertação colocando a importância que deve ser dada à identidade nacional e às circunstâncias históricas para o estudo de acontecimentos importantes para um país. Os elementos presentes na formação do nacionalismo alemão podem ser transportados também para o período do regime ditatorial nazista de Hitler. Entretanto, o que se encontra é que tais elementos nacionais não teriam levado necessariamente ao nazismo se não existissem fatores econômicos, políticos e sociais que favorecessem seu uso em prol de um regime violento e racista como foi o de Hitler.

Bibliografia

- ADAMEC, Martin. Identidade nacional, nação e nacionalismo: conceitos em perspectiva. In: NASCIMENTO, Paulo César (Org). A identidade nacional. São Paulo: Annablume, 2015. Pp. 11-38.
- ALLEN, William Sheridan. The Nazi Seizure of Power: The Experience of a Single German Town 1930-1935. Chicago: Echo Point Books & Media, 2014 [1965].
- ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- AS LEIS de Nuremberg. In: United States Holocaust Memorial Museum. Publicado em [200-?]. Acesso em 20/07/2018. Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nuremberg-laws>>.
- AVISO na cabine telefônica em Munique proíbe judeus de usar o aparelho público. In: United States Holocaust Memorial Museum. Publicado em [200-?]. Acesso em 20/07/2018. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/media_ph.php?ModuleId=0&MediaId=647>.
- BERTONHA, João Fábio; GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os carrascos Voluntários de Hitler. O povo alemão e o Holocausto. Rev. Bra. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37. 1999.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, Eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. Educar, Curitiba, n.12, p. 153-165. Editora da UFPR. 1996.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CONNOR, Walker. Ethnonationalism: The Quest For Understanding. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GREENFELD, Liah. Nationalism: Five Roads to Modernity: Introduction. Harvard: Harvard University Press, 1992. Pp.3-25.
- _____.Nationalism: Five Roads to Modernity: The Final Solution of Infinite Longing: Germany. Harvard: Harvard University Press, 1992. Pp. 276-395.
- GUTERMAN, Marcos. A moral nazista – uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. 297 p.
- HEILBRONNER, Oded. German or Nazi antisemitism. The Historiography of the Holocaust. Ed. by Dan Stone Basingstoke. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2004.
- HOBBSBAWN, E. J. Nations and Nationalism since 1780. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HOLBORN, Hajo. Origins and Political Character of Nazi Ideology. Political Science Quaterly, v. 79, n. 4. Pp.542-554. 1964.

HUNTINGTON, Samuel. O Choque das Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

JUNIOR, Luiz Artur Costa do Valle. O ressentimento sob o prisma nacional. In: NASCIMENTO, Paulo César (Org). A identidade nacional. São Paulo: Annablume, 2015. Pp. 39-58.

KATER, Michael H..Every day Antisemitism in prewar Nazi Germany- the Popular Bases. In: *Yad Vashem Studies* XVI (Jerusalem, 1984), p. 129-159.

KOHN, Hans. The idea of nationalism: A study in its origins and background. New York: Macmillan, 1946. 735 p.

LOUREIRO, Isabel Maria. A Revolução Alemã, 1918-1923. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MARRUS, Michael R. The Theory and Practice of Anti-Semitism. In: *Commentary Magazine*. Agosto, 1982. Acesso em 20/05/2018. Disponível em <<https://www.commentarymagazine.com/articles/the-theory-and-practice-of-anti-semitism/>>.

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41. São Paulo: ANPOCS, 1996. Pp. 33-53.

O NARIZ dos judeus é entortado na ponta. Ele se parece com o número 6. In: United States Holocaust Memorial Museum. Publicado em [200-?]. Acesso em 20/08/2018. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/media_ph.php?ModuleId=0&MediaId=1480>.

OS JUDEUS são como piolhos; eles causam tifo. Historical Museum of Rzeszow In: United States Holocaust Memorial Museum. Publicado em [200-?]. Acesso em 20/07/2018. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/media_ph.php?ModuleId=10007822&MediaId=1487>.

PEREIRA, Vinícius Bivar Marra. As origens de uma obsessão: um estudo sobre o antissemitismo de Adolf Hitler. 2013. 40 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SHIRER, William L. Ascensão e Queda do Terceiro Reich – Triunfo e Consolidação (1933-1939). Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2008.

STRACKELBERG, Roderick. A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados. Trad. A.B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.

TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

WEBER, Max. Economia e sociedade: Os tipos de dominação. Brasília: Editora UnB, (1921[1999]). Pp. 139-188.